



Nº 12

Revista Espaço Livre

Espaço Livre. Vol. 6, num. 12, jul.dez./2011.

Conselho Editorial

Edmilson Marques
Jacira Reis Veiga
João Gabriel da Fonseca Mateus
Lisandro Braga

Conselho Consultivo

Adriano José/UEG
André de Melo Santos/UFG
Cleinaldo Pereira dos Santos/Universo
Cleito Pereira dos Santos/UFG
Edmilson Borges/UFG
Edmilson Marques/UEG
Erisvaldo Souza/UEG-FASAM
Fernando Lima Neves/USP
Flávio Pereira Diniz/UFG
Jean Isídio dos Santos/UEG
Jacira Reis Veiga/UFG
João Alberto da Costa Pinto/UFG
João Gabriel da Fonseca Mateus/IFG-Goiânia
José Nerivaldo Pimenta da Silva/ALFA
José Santana da Silva/UEG
Juversino de Jesus Júnior/UEG
Leonardo Venicius Proto Parreira/UEG-Iporá
Lisandro Braga/UFG
Lucas Maia Santos/IFG-Anápolis
Marcos Ataídes Marques/UEG
Maria Angélica Peixoto/IFG-Uruaçu
Mateus Ório/UFG
Nanci Valadares de Carvalho/UFRJ
Nildo Viana/UFG
Ovil Bueno Fernandes/UEG
Renato Dias de Souza/UEG
Uelinton Barbosa Rodrigues /UFG-UEG
Veralúcia Pinheiro/UEG
Weder David de Freitas/IFG-Formosa
Wellington Rodrigues/CAJU

EXPEDIENTE

A Revista Espaço Livre é uma publicação eletrônica do NUPAC - Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural, cujo objetivo é manter um espaço para divulgação de ideias e teses que possuam um caráter crítico e abram espaço para a reflexão sobre o mundo contemporâneo. O nome da revista ESPAÇO LIVRE é oriundo da ideia de um espaço que não seja comandado por regras formais e exigências rígidas, onde o conteúdo tenha proeminência sobre a forma e que esteja aberta a participação ampla e inovadora dos participantes, numa perspectiva crítica, libertária. Os artigos enviados espontaneamente por não membros do coletivo responsável por esta publicação serão avaliados e poderão ou não ser publicados, a partir dos critérios de qualidade, adequação à linha editorial, conformidade às normas de publicação, e não expressam o ponto de vista dos membros do conselho editorial e/ou do conselho consultivo. Os artigos deverão ter no mínimo uma página e no máximo dez páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1/5, margens padrão do Word. Deve-se utilizar o sistema autor-data (sistema de Chicago), com lista bibliográfica no final ou notas de fim no final do texto. Os textos devem ser digitados no programa Word for Windows e entregues via o seguinte e-mail: espacolivre@ymail.com

Sumário

Apresentação	05
<i>João Gabriel da Fonseca Mateus</i>	
Revolução Cubana: da luta pela independência a burocracia do capitalismo de Estado	06
<i>Adriano José Borges</i>	
A Dialética Proletária	16
<i>Bertold Brecht</i>	
A mulher na sociedade capitalista	18
<i>Daiany Fernanda Queiroz Barreto</i> <i>Eliane Maria de Jesus</i>	
Alguns Componentes da “Mitosociologia” de Max Weber	25
<i>Edgardo Adrián Lopes</i>	
A Última Superação do Marxismo	44
<i>Georg Lukács</i>	
Sistema de Exames e Burocracia	47
<i>Nildo Viana</i>	
Sociologia no Ensino Médio em Goiânia	53
<i>Vanessa Alexandre de Souza</i>	
Resenhas	
A situação das trabalhadoras na China: do despotismo fabril à exploração da força de trabalho	59
<i>José de Lima Soares</i>	

APRESENTAÇÃO

A décima segunda edição da ESPAÇO LIVRE reafirma o propósito fundamental da revista que é buscar a disseminação da criticidade. Esse propósito está enraizado na necessidade de um periódico que não busque o academicismo, mas sim, um espaço em que a produção intelectual crítica busque a emancipação humana.

Os artigos e as resenhas aqui publicados entendem que a crítica não tem um mero objetivo de competição de “sistemas intelectuais”. Pelo contrário, visa expor com maior clareza, dentro de diversos campos do conhecimento, a desnaturalização das relações humanas de nossa sociedade. Nesse ponto liga-se o objetivo de mostrar que o pensamento hegemônico só colabora com a manutenção das relações de opressão, inerentes ao sistema capitalista.

O presente número da revista começa com o artigo de Adriano José Borges, intitulado *Revolução Cubana: da luta pela independência a burocracia do capitalismo de Estado*, que contribui para a compreensão do processo de constituição da burocracia estatal cubana. Em seguida vem um texto traduzido por Nildo Viana chamado *A Dialética Proletária* de Bertold Brecht, onde o poeta alemão aponta importantes questões para a dialética. Logo em seguida, o texto *A mulher na sociedade capitalista* de Daiany Fernanda Queiroz Barreto e Eliane Maria de Jesus apresenta uma análise da situação da mulher na sociedade capitalista. Edgardo Adrián Lopes apresenta *Alguns Componentes da “Mitosociologia” de Max Weber* traduzido por Edmilson Marques. Logo após, o texto *A Última Superação do Marxismo* do húngaro Georg Lukács, traduzido por Nildo Viana, se torna uma importante discussão a respeito do marxismo. O sexto texto dessa coletânea, de autoria de Nildo Viana, traz profundas indagações do *Sistema de Exames e Burocracia*. O último artigo desse número de Vanessa Alexandre de Souza traz reflexões a partir da *Sociologia no Ensino Médio em Goiânia*.

Após os artigos, temos a resenha *A situação das trabalhadoras na China: do despotismo fabril à exploração da força de trabalho* de José de Lima Soares, marcando presença e consolidando a seção de resenhas inaugurada no número anterior.

Dito isto, agradecemos aos autores que contribuíram com esse número e desejamos a todos uma BOA LEITURA!

João Gabriel da Fonseca Mateus

Revolução Cubana: da luta pela independência a burocracia do capitalismo de Estado

Adriano José Borges

O presente artigo tem como objetivo contribuir para análise da revolução cubana partindo de uma perspectiva não leninista. Essa afirmação é necessária para de início distinguir nossa posição frente a outros autores que defende o viés de que a revolução cubana foi uma revolução proletária. Assim, abordaremos nesse texto a luta contra as intervenções norte americana, o combate às duas ditaduras de Batista (1.932/1952), o apoio a Guerrilha 26 de Julho pelos operários e camponeses e a ascensão da burocracia após a vitória dos guerrilheiros. Isso não impedirá uma análise crítica da revolução cubana, principalmente no papel que a guerrilha 26 de Julho exerceu frente à classe operária e os camponeses, principais forças que possibilitaram a ascensão de Fidel Castro e seu grupo ao poder.

A história de Cuba, até a sua revolução de 1959, foi marcada pela dominação colonial. Tornou-se uma das últimas colônias espanholas a conquistar a independência. Na verdade, passou do domínio espanhol à subordinação neo-colonialista norte-americana, sendo agregado aos interesses norte-americanos. A localização da ilha no período colonial favorecia as rotas comerciais e suas terras férteis geravam grandes produções de café, tabaco e, principalmente de açúcar.

Durante a colonização, a mão de obra escravizada correspondia à grande maioria da população, cerca de 56% dos cubanos. Cuba possibilitou uma contradição histórica, tendo modernização e investimento capitalista com um processo colonial. A partir de 1865, esses investimentos aumentaram com o forte comércio estabelecido com os EUA. Os investimentos norte-americanos na ilha cresceram junto com a exploração da população cubana. A intervenção dos EUA na luta pela independência de Cuba, como forma de proteger os seus investimentos, aumentou a exploração drasticamente. A independência foi evitada porque a classe dominante de Cuba não seguiu o papel de outras elites da América Latina. Porque os grupos dominantes cubanos viam uma possível independência de seu país como risco a seus lucros.

Daí, um movimento popular de independência como o organizado pelo fundador do partido revolucionário cubano, José Martí, não ser aceito pela elite do país.

Essa situação foi propícia para os EUA fazerem a sua primeira intervenção na ilha, acabando com a guerra de independência e a formação de um possível Estado autônomo. Formou-se em Cuba um Estado subordinado ao capital e ao Estado norte-americano.

A partir do início do século XX, os investimentos norte-americanos intensificam na ilha, comandada por grandes corporações formadas por bancos. A riqueza desse grupo aumenta drasticamente, a partir da I Guerra Mundial, principalmente na produção de açúcar. Os engenhos permaneciam nas mãos de norte-americanos, na contramão, localizava-se a grande massa da população com mais número de miseráveis, a partir da intensificação da modernização do campo.

A partir de 1886, com o fim da escravidão, a grande população de ex-escravos junto com os camponeses expulsos de suas terras, vai para as cidades, abarrotando-as de mão de obra ociosa. A grande maioria dessa população trabalhava somente no período de safra, em torno de três a quatro meses por ano. Em contrapartida, a burguesia local dispunha de grande benefício, mas não chegava a 35% da riqueza do país. A grande maioria dos lucros era revertida aos EUA, cerca de 70% do lucro do açúcar estavam nas mãos do capital norte-americano. “É preciso notar que o imobilismo da burguesia não procedia da falta de ação, mas da incapacidade de romper frontalmente e de uma vez por todas com a ordem social neocolonial” (Fernandes, 2007, p. 106).

A burguesia cubana, desprovida de um capital, tornou-se submissa ao capital norte-americano. Esse imperialismo impossibilitava um processo efetivo de independência política dentro da ordem. Assim, o nacionalismo passa a ser bandeira da população pobre e da classe trabalhadora contra o imperialismo norte-americano¹. Na década de 1930 essa luta passa a ser constante, após o surgimento de vários movimentos populares em Cuba. Diversas greves gerais estouraram pelo país com bandeiras de liberdade a Cuba, vários líderes foram perseguidos e mortos pela primeira ditadura de Fulgêncio Batista², iniciada em 1932, dando seqüência a subordinação a Washington. Fulgêncio Batista tornou-se o braço direito dos EUA, promoveu dois golpes militares em Cuba, um em 1932 e o outro em 1952, todos apoiados pelos norte americanos.

Toda essa situação de repressão e de exploração produziu um movimento

¹ Esse nacionalismo também será bandeira de Fidel Castro durante a sua luta contra o governo de Fulgêncio Batista.

² Fulgêncio Batista governou Cuba de 1932 a 1938. A possibilidade de um partido de oposição triunfar na eleição de 1952 com o discurso de moralização e soberania nacional, possibilitou a retomada de Fulgêncio Batista -agora oficial do exercito cubano- ao poder através de outro golpe de Estado.

guerrilheiro em Cuba, nasceu das injustiças que a ditadura de Batista produzia.

Sendo o membro do partido impossibilitado de vencer nas eleições, o advogado recém formado Fidel Castro, iniciou ali uma projeção como líder político nacional em Cuba. Fidel Castro era filho de fazendeiro, tinha 24 anos e havia sido dirigente estudantil. Logo depois do golpe militar de 1952, esse jovem advogado apresentou no Tribunal de Justiça de Cuba uma acusação contra o governo. ‘A lógica me diz que, se existem tribunais, Batista deve ser castigado, e se Batista não é acusado, se continua sendo chefe de Estado, presidente, primeiro-ministro, senador, chefe civil e militar, depositário do poder executivo e do legislativo, dono da vida e dos bens dos cidadãos, então quer dizer que os tribunais de justiça não existem mais, que eles os suprimiu’. Como evidentemente recebeu em resposta o silêncio dos tribunais, Fidel Castro escolheu outra via para lutar pela democracia (Sader, 1992, p. 58).

Fidel Castro inicia assim sua luta contra a ditadura de Batista, passou da ação legalista para a insurrecional organizando junto com seu irmão, Raul Castro e um grupo de jovens, uma guerrilha que ascendeu ao poder em 1959.

Abordo aqui a questão da crença da representatividade vinda de Fidel Castro. Como membro do partido opositor de Fulgêncio Batista, Fidel Castro acreditava na via eleitoreira respeitando o sistema político representativo, buscando reformas sociais ao invés de uma transformação radical. Inicialmente o movimento liderado por Fidel Castro não passava de um movimento reformista, que exigia reformas sociais, como o respeito à legalidade, a democracia e o direito ao equilíbrio e autonomia dos poderes executivos, legislativos e judiciários. A partir da ditadura de Fugêncio Batista e a não possibilidade de ascensão ao poder por via eleitoral, Fidel Castro passa a ação insurrecional na tentativa de almejar e conquistar o poder³.

A luta insurrecional passou por três fases: a primeiro é o ataque fracassado ao quartel de Moncada, no ano de 1953. Fidel tinha como intenção a tomada do poder da cidade de Santiago de Cuba, a cidade mais importante da região oriental do país. A escolha dessa cidade não foi por acaso, Santiago de Cuba era considerada por Fidel a região mais politizada do país e tinha uma história de movimentos populares de resistência. A intenção de que a população se levantaria contra o governo quando o ataque inicia-se não sucedeu. O ataque fracassou. Além de ocasionar a morte de vários guerrilheiros, Fidel Castro foi preso com alguns companheiros. Essa ação produziu o

³ Após conseguir esse objetivo, e influenciado pelas ideias de Che Guevara, Fidel Castro modifica suas concepções, da concepção nacionalista passa para a leninista. Essa mudança de pensamento também tem relação com a política de aproximação de Cuba com a URSS.

primeiro programa do movimento 26 de julho, nome dado à data do ataque, 26 de julho de 1953. “A história me absolverá”, texto da defesa de Fidel no seu julgamento, transformou-se no programa do movimento guerrilheiro. Nele Fidel declara as injustiças praticadas pelo governo e a intervenção dos EUA no país. Além disso, refere-se à exploração da população produzida pelo capitalismo subordinado ao imperialismo norte-americano.

Ao ser condenado a quinze anos de prisão, Fidel deu início à luta para a reunificação e para o resgate dos membros do movimento revolucionário 26 de julho. As manifestações a favor dos guerrilheiros foram freqüentes, o que finalizou com sua liberdade e de outras pessoas pertencentes ao grupo, após dois anos do ataque ao quartel de Moncada.

Fidel então seguiu para o México na tentativa de reorganizar o movimento. Junta-se ao grupo Ernesto Guevara e Camilo Ciênfuegos, “Che” Guevara como era conhecido, havia passado três anos de viagem pela América Latina em cima de uma moto Nortom 500 cilindradas, “A poderosa”. Na companhia de seu amigo, Alberto Granado percorreram 3000 km. Nessa viagem conheceu as atrocidades cometidas contra a população pobre e trabalhadora. Um desses casos foi o golpe de Estado em Guatemala produzido pela CIA contra um governo democrático popular, colocando no seu lugar um ditador.

No México, Fidel conseguiu apoio da Frente Anti Ditatorial Latino-americana. O grupo representava diversos membros que se exilaram no México após a guerra civil espanhola de 1936 a 1939. A maioria oriunda da guerra anti-franquista tinha como perspectiva o anarquismo e a luta libertária. O apoio mútuo entre Fidel e a Frente Anti Ditatorial Latino-americana consistia da seguinte forma:

O acordo era que a Frente fornecesse instrumento de propaganda e solidariedade a partir do momento em que os revolucionários aportassem novamente em Cuba. Como “pagamento” a esta importante ajuda da Frente, o M26J prometeu contribuir com as guerrilhas que Octávio e seus confrades começavam a planejar junto aos exilados espanhóis das Juventudes Libertária e Republicana, que explodiriam no México em 1959 (Belle, 2009, p. 05)⁴.

⁴ Após ascensão de Fidel ao governo fica claro que o acordo não foi cumprido. Além disso, as ações da ditadura de Fidel Castro representam uma repressão aos movimentos libertários em Cuba, a Associação Libertária Cubana já havia anunciado o medo de uma ditadura castrista antes mesmo desse subir ao poder. Segundo Belle (2009) a Associação Libertária Cubana já anunciava em 1956 as ações de Fidel Castro, ‘em 1956, quando o Granma já aportava em Las Coloradas, a ALC lança um comunicado intitulado “Projeções Libertárias” denunciando a ditadura de Batista e alertando para as atitudes arbitrárias vindas dos castristas’. (Belle J. p.8, 2009). Mesmo a Associação Libertária Cubana alertando para as

Além do apoio da Frente Anti-Ditatorial Latino Americana, uniu-se à luta o Diretório Revolucionário formado por estudantes universitários pertencentes à Federação dos Estudantes Universitários (FEU) e o PSP Partido Socialista Popular (PSP). Por conseguinte, um dos principais focos de resistência ao governo era encontrado na própria classe operária. Unida através de sindicatos⁵ e grupos de fábricas, pressionavam o governo de Batista, assim como os camponeses, que apoiaram de forma estratégica o Movimento 26 de julho. Segundo Belle (2009):

Os sindicatos e as milícias foram de extrema importância para o sucesso da revolução, combinados a outros fatores, entre os quais se destaca a insatisfação da população para com o regime de Batista. Além da classe operária, os camponeses e os estudantes também desempenharam papel relevante. Para alguns estudiosos, o papel dos camponeses foi determinante, pois conheciam bem a região da Sierra Maestra, o que teria favorecido a vitória da revolução (Belle, 2009, p. 08).

A travessia dos guerrilheiros do México até a costa de Cuba foi feita por um iate comprado da arrecadação dos revolucionários e exilados cubanos. O Granma, nome dado à embarcação, produziu uma viagem desconfortável pela superlotação, o peso de armamentos e de pessoas reduzia a sua velocidade, e a queda de um guerrilheiro em alto mar atrasou mais a viagem. Essas situações impossibilitaram a chegada da embarcação na data prevista. As manifestações planejadas e ocorridas para dispersar a atenção do governo na entrada da guerrilha tiveram efeito contrário, produzindo atenção redobrada por parte de Batista. Desta forma, os guerrilheiros, ao desembarcarem em Cuba, foram pegos de surpresa pelo exército. Dos oitenta e dois combatentes sobrevive somente vinte e dois. Essa foi a segunda fase fracassada da luta insurrecional.

A terceira fase inicia em Sierra Maestra, o ponto mais alto de Cuba e a região mais rebelde da história desse país. Foi nessa região que José Martí deu início ao movimento popular pela independência no ano de 1820. Os maus acontecimentos no

possíveis intenções de Castro, diversos anarquistas participaram do movimento guerrilheiro acreditando na liberdade de Cuba. Acabou sendo esmagados pelo estado castrista, o mesmo ocorreu com a ALC que teve o seu periódico Solidaridad Gastronomic fechada após ascensão de Castro, e seus editores perseguidos pela polícia do governo acusados de contra revolucionários.

⁵ Os sindicatos, apesar de estar vinculado a uma burocracia de dirigentes e ser controlado por um grupo frente à classe operária, ainda serviu como um dos instrumentos de combate à ditadura de Batista. O papel histórico do sindicato é conservador, não representa os interesses da classe operária e sim aos interesses dos burocratas que o controlam. Para melhor esclarecimento sobre o papel do sindicato Cf. PANNEKOEK, 2007.

desembarque dos guerrilheiros em Cuba produziram uma nova reorganização da guerrilha. Populações dos setores urbanos encaminharam para Sierra Maestra com objetivo de aumentar o contingente de guerrilheiros. Os camponeses também auxiliaram em contingente e estrutura para os guerrilheiros, criou-se um grande laço de confiança entre ambos.

A organização da guerrilha e sua luta rápida, baseada na emboscada, abalaram as forças do exército naquela região, principalmente com auxílio dos camponeses. As três grandes frentes organizadas pela guerrilha tiveram Che Guevara, Camilo Cienfuegos e Raul Castro como líderes e a retaguarda ficava sob o comando de Fidel Castro. Conforme as batalhas iam sendo vitoriosas, o desespero do governo aumentava. Numa tentativa de vencer a guerrilha Batista envia 10 mil homens para a região de conflito no mês de maio de 1958. A manobra fracassou aumentando os recursos materiais dos guerrilheiros.

O contra-ataque foi imediato. A frente oriental comandada por Raul Castro e Juan Almeida e ocidental comandada por Che Guevara e Camilo Cienfuegos dividiu a ilha ao meio e isolou Havana, capital de Cuba, de outras regiões importantes do país. No mês de novembro, vendo a aproximação da guerrilha, Fulgêncio Batista, numa medida desesperadora, enviou um trem blindado para romper o cerco da guerrilha, tornou-se uma ação fracassada sendo interrompida pelo comando de Guevara. Segundo Sader (1989), “o fim do governo de Fulgêncio estava próximo, a destruição do trem possibilitou o grande avanço sobre a capital, enquanto Fidel já tomava a cidade de Santiago de Cuba” (Sader, 1989, p. 56).

Na impossibilidade de permanecer no poder, Batista decidiu deixar o governo e exilar-se na República Dominicana, após o brinde de Ano Novo de 1959. Vinte meses depois do desembarque do Granma na costa cubana caía o regime de Batista e triunfavam os revolucionários. A ascensão dos líderes guerrilheiros ao poder produziu uma nova estrutura na política de Cuba, a formação de uma burocracia estatal e o controle sobre a classe operária, baseada na ideologia do socialismo⁶. Assim, a centralização do estado nas mãos da vanguarda, afastou a classe operária das tomadas de decisões, o seu único papel é romper com essa situação. Deste modo, a tomada do

⁶ Quando Fidel Castro assumiu o poder de primeiro ministro e derrubou o governo provisório de Urrita, a ação da guerrilha se transforma na ação da vanguarda estatal, da mesma forma que a cúpula do partido bolchevique impôs o seu controle sobre a classe operária na União Soviética, a facção comandada por Fidel produziu-a em Cuba.

estado nas mãos de Fidel e de seu grupo produziu uma nova ditadura, agora travestida no viés leninista e na sua ideologia de vanguarda. A mesma ideologia de Lênin de levar a consciência à classe operária é produzida por Che Guevara. Vejamos o que ele afirma: “Para construir o comunismo, simultaneamente com a base material é preciso construir o homem novo”(Che Guevara, p. 380, apud, F. Fernandes, 2007, p. 168).

Quem constrói o “homem novo”? Para Che Guevara, essa construção só foi possível em Cuba devido à guerrilha. Outros autores partem do mesmo princípio. Florestan Fernandes, o “brilhante” sociólogo da Universidade de São Paulo, no seu livro *Da guerrilha ao Socialismo, a revolução cubana*, refere-se à guerrilha como única possibilidade de transformação social em Cuba, “coube a guerrilha o papel de organizar e educar a massa para uma sociedade socialista” (Florestan, 2007, p. 139).

Entretanto, ao analisar a história de Cuba, observamos que a força da classe operária e dos camponeses sempre esteve presente na luta contra sua exploração.

O movimento popular que lutou pela autonomia de Cuba no início do século XX, formado em grande parte pelos camponeses expropriados de suas terras, as grandes greves operárias na década de trinta contra a ditadura de Machado e, posteriormente, contra Batista, as grandes manifestações urbanas de estudantes e trabalhadores no final da década de cinquenta em auxílio à guerrilha e as diversas pessoas, operários e camponeses, que aderiram ao movimento no combate às tropas de Batista, todos eles precisaram ser educados pela guerrilha?

O problema encontrado na análise de Florestan Fernandes está no papel que esse atribui à classe operária, o papel de submissão e não de conhecedora de sua exploração. Foi preciso, segundo Florestan Fernandes, a guerrilha surgir para libertar o operariado. Essa ideia é forte nas discussões e debates sobre as revoluções de esquerda influenciada pelo pensamento de Lênin. Essas concepções não passam de ideologias a favor da vanguarda. Tomamos aqui o papel da vanguarda e sua posição perante a classe operária sobre o aspecto da revolução cubana.

Assim como em todas as revoluções onde a vanguarda assume o poder e torna-se controladora dos meios de produção e reproduz a exploração da classe operária, em Cuba esse processo não foi diferente. A economia cubana baseada na grande produção agrícola de exportação, principalmente o açúcar, teve no Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA) o braço direito para controlar a produção e submeter a classe operária a trabalhos extremamente pesados. O INRA tinha como papel coordenar a questão

agrária, mas, a partir de sua criação em 1962, a reforma agrária se burocratizou na mão do Estado, as cooperativas criadas não tinham autonomia nas formas de produção. Um exemplo disso é a imposição pelo Estado aos trabalhadores no ano de 1970 de conseguir dez toneladas de açúcar para adquirir recursos financeiros para o país.

O dispêndio de mão de obra na agricultura nesse período foi desastroso. Apesar de uma safra açucareira considerável em torno de oito toneladas, se observa a maior centralização da produção e da exploração e do controle da classe operária pelo Estado. Mesmo as cooperativas mudando de nome para granjas do povo, tentativa da classe operária em conquistar um mínimo de autonomia, fica evidente a centralização do Estado e a extração de mais-valia.

O que Florestan Fernandes chama de acumulação socialista para desenvolver Cuba, devemos chamar de exploração do capitalismo de Estado. Desenvolve uma economia exploradora da classe operária pelo Estado e sua burocracia. Por conseguinte, o comércio com o bloco do Comecon e a URSS trouxeram e aceleraram essa centralização. Os recursos para a aceleração da indústria e a racionalidade da produção e do trabalho a partir da década de setenta demonstraram em Cuba o aumento de riquezas do Estado e de seus comandantes, ao mesmo tempo em que aumentava a exploração operária e diminuía os benefícios para a população. Podemos observar essa situação já na década de sessenta. Segundo Florestan Fernandes (2007):

A distribuição setorial dos investimentos estatais, entre 1961 e 1964, exibiu duas tendências concomitantes. 1. O investimento diretamente produtivo cresceu de 51,5% para 79% (na agricultura ele passou de 16,8% para 33,3%; e na indústria, de 15,7% para 27,4%, depois de ter atingido 30,4% em 1963); 2. O investimento em benefícios sociais decresceu de 48,5% para 21%. (Fernandes, 2007, p. 199).

Esses dados demonstram no que Cuba se transformou poucos anos após a queda de Batista. A relação de dirigentes e dirigidos no estado cubano se aprofundou mais a partir da década de setenta. A burocratização e sua centralização chegam às fábricas controladas pelos sindicatos pertencentes ao mais novo e único partido político do país, o Partido Comunista Cubano (PCC). A criação do PCC através da fusão do Movimento Revolucionário 26 de julho, o Partido Socialista Popular e a Frente Estudantil Universitária, aumentaram mais o poder do grupo dirigente do regime. Assim, na década de setenta, Castro já reinava com seus súditos em toda a ilha.

O castrismo se tornou a nova ideologia de Cuba e dos partidos de esquerda,

principalmente da América Latina. A exploração da classe operária dentro de Cuba era ofuscada pelos longos e cansativos discursos demagógicos de Fidel. Assim, encontra-se em Cuba as fábricas lotadas de “soldados em defesa da revolução”. São, na verdade, cães de guarda defensores da política castrista. Os famosos trabalhadores exemplares são recrutados para participar das frentes de organização da vanguarda. O seu recrutamento ocorre pela disciplina e pela participação dentro das fábricas favoráveis à política do Estado. Os trabalhadores que se encaixam nessa perspectiva têm a sua vida investigada e, posteriormente, se nada de errado for encontrado, entram para o grupo vigilante do Estado, tornam-se burocratas das fábricas e opositores da classe trabalhadora.

Entre a queda de Batista em 1959 e a saída de Fidel da presidência de Cuba em 2008, por problemas de saúde, perdurou-se uma ditadura de quarenta e nove anos. Nesse tempo, Fidel centralizou o poder em suas mãos e de seu grupo, favorecendo-o e enriquecendo-o. Os burocratas do partido e do Estado tornaram-se a classe detentora do poder político e econômico. Atualmente, a nova sociedade cubana mantém-se estruturada e controlada pelos burocratas, tendo atualmente Raul Castro, irmão de Fidel, no cargo máximo do país. Apesar da saída de Fidel da presidência, a sua influência permanece dentro do governo, e as ações ainda são as mesmas desde a subida da guerrilha ao poder, o controle da classe operária e a sua exploração.

A partir dessa análise podemos classificar a revolução cubana como uma insurreição com objetivos reformistas, isto é, que não visava a superação das relações sociais existentes, mas apenas fazer reformas econômicas (agrária, por exemplo), sociais e políticas. De início os objetivos principais de Fidel estavam vinculados às perspectivas de reformas políticas e na crença da representatividade. Isso fica claro na tentativa de Fidel apoiar o seu partido nas eleições de 1952. Vendo essa impossibilidade com o golpe de Fulgencio Batista, coube a Fidel organizar a guerrilha. Entretanto, o objetivo permaneceu o mesmo, fazer reformas sociais dentro da lógica capitalista.

Posteriormente, com a vitória da guerrilha e a ascensão de Fidel e seu grupo ao poder essa perspectiva muda. Influenciado pela aproximação do bloco da União Soviética, Fidel declara Cuba socialista no ano de 1962. A partir desse momento a burocracia se intensifica, tendo auxílio dos membros do governo soviético na gestão das fábricas e dos campos. A possibilidade de reforma agrária, um dos objetivos da guerrilha dentro das perspectivas reformistas, foi descartada pelo controle e manutenção

do campo pelo Estado. Da mesma forma as fábricas passaram a ser gerida pelos burocratas dos sindicatos ligados à grande burocracia do Partido Comunista Cubano.

Assim, os dirigentes do governo cubano, que antes tinham como perspectiva apenas reformas sociais, vinculada a melhorias superficiais da população sem destruição do modo de produção capitalista, passa a gerir essa exploração agora mais intensamente. As reformas deixarão de fazer parte do governo, centralizando ainda mais o poder nas mãos da burocracia estatal. Cuba passa a ser definida como Capitalismo de Estado, onde se reproduz a exploração da classe trabalhadora através agora da dominação Estatal.

Referências Bibliográficas

BELLE, J. *Revolução Cubana. Mais esquerda que o catrismo*. Editora Faisca, 2009.

FERNANDES, F. *Da guerrilha ao socialismo. A revolução Cubana*. Editora Expressão Popular. Coletânea Assim lutam os povos.

PANNEKOEK, A. *A revolução dos Trabalhadores*. Editora Barba Ruiva, 2007.

SADER, E. *A Revolução Cubana*. Editora Polêmica. 1989. 5^o edição.

SADER, E. *Cuba, Chile e Nicarágua. Socialismo na América Latina*. 9^o edição. Editora Atual, 1992.

VIANA, Nildo. *A consciência da História. Ensaio sobre o materialismo histórico-dialético*. Rio de Janeiro: Editora Achiamé, 2007.

Adriano José Borges

Graduado em História pela UEG – Universidade
Estadual de Goiás. E-mail:
adrianojose_btos@hotmail.com

A Dialética Proletária

Bertold Brecht

Posto que a burguesia produz o proletariado, que cresce em seu seio em um permanente conflito de interesses, que, no entanto, é deslocado e posto na sombra devido o conflito destas duas classes contra outras classes, a concepção de vida da classe proletária depende, portanto, da classe que a produz.

A burguesia produziu, como sua maior criação filosófica, a dialética. Esta é um modo de pensar que busca e encontra, em formações que surgem unitariamente, contradições crescentes; é um modo de pensar que guia o interesse para as mudanças, transformações violentas, evoluções. Esta dialética, esta filosofia da revolução, experimenta sua grandiosa construção (em Hegel) em uma época em que a burguesia havia passado já mais ou menos por uma revolução e se encontra entregue já em busca da conciliação das contradições e dos interesses de classes, ao emperramento da evolução, de tal forma que ainda procura e se vê forçada a completar sua revolução.

A construção da dialética por Hegel ocorre num contexto de relação necessária com o proletariado crescente, na qual a burguesia está sob a pressão para produzir cada vez mais indivíduos proletários e para obstaculizar cada vez mais sua ameaçadora luta por emancipação. O proletariado adota como filosofia da revolução primeiramente a [filosofia] burguesa. Ele a adota em um surpreendente *ato de criação*. Esta adoção é uma *expropriação*, esta aplicação é uma *aniquilação*.

Da mesma forma como a burguesia utiliza tudo que está em suas mãos para explorar, em sua exclusividade, a revolução contra o feudalismo, ela também dá a luz a uma dialética que mostra todos os sinais de uma degeneração violenta. A obscuridade da linguagem hegeliana é a obscuridade de uma linguagem secreta: o mundo está em decadência, a humanidade se transforma. A imagem de Hegel tem isto em conta. Porém, a burguesia recém-chegada, a classe que para fazer sua revolução necessitou de outra classe – do proletariado – e que para consolidar sua dominação deve fortalecer cada vez mais esta classe, é uma má e inibida introdutora da dialética.

O melhor introdutor da dialética é, por sua situação, o proletariado. A burguesia, contemplando a história, escreve uma história de transformações. Porém, como escritora, ela não está em condições de declarar eficazes para o presente ou nem sequer

para o futuro os princípios que encontra no passado: “houve história, (porém) já não há” [Hegel]. Bem, há outro escritor que escreve mais além: o proletariado com a dialética proletária (substituindo a capitalista) (se transforma em sentido materialista e se realiza pela ação) [Marx].

Nota:

1 - Este texto de Brecht foi provavelmente escrito durante seu exílio em Svendborg. As notas entre parêntesis são de Karl Korsch, que fez alguns apontamentos nas margens do manuscrito e elas foram parcialmente recuperadas e aqui acrescentadas e as notas entre chaves são do tradutor.

2 - Tradução de Nildo Viana

A mulher na sociedade capitalista

Dayani Fernanda Queiroz Barreto

Eliane Maria de Jesus

O presente texto visa analisar a situação da mulher na sociedade capitalista, buscando entender ao mesmo tempo seu papel nesta sociedade e como as determinações do capitalismo influenciam no seu comportamento. Levando em conta que o pensar a questão da mulher tem sido preocupação constante na contemporaneidade, esse texto busca contribuir para se pensar as transformações vivenciadas pelas mulheres de diferentes classes sociais no decorrer dos anos.

Considerando que o objetivo proposto parte da discussão das relações sociais de sexo, tendo como foco a mulher, iniciaremos fazendo uma crítica ao que muitos denominam de relações de “gênero”. Esclarecendo que tal abordagem e que o presente termo se constitui na verdade uma ideologia¹ do gênero, a qual segundo Viana (2006, p. 42) “O que denominamos ideologia do gênero é a concepção que coloca o construto gênero com o termo fundamental da análise da questão da mulher e até mesmo da sociedade como um todo”.

O uso do termo “gênero” trata-se na verdade de uma espécie de crença que nada revela, ao contrário disso oculta a realidade das diferenças e razões da existência destas entre os sexos. Para uma análise que busca justamente partir de uma perspectiva que nos permita entender as relações sociais, desmistificando e colocando abaixo as ideologias existentes, com o intuito de revelar a realidade sobre essas relações, o presente construto² não constituirá a presente discussão.

No decorrer dos anos a sociedade tem passado por diferentes transformações e estas influem diretamente na vida e comportamento dos indivíduos que se encontram nela inserido. Com o surgimento do capitalismo temos um modo de produção³ no qual

¹ A ideologia pode ser definida resumidamente como falsa consciência sistemática. Ela é falsa consciência por estar ligada aos interesses da classe dominante, que não pode revelar a verdade, deve ocultá-la (VIANA, 2010, p. 23).

² Um construto é um falso conceito, sendo que este é uma expressão correta da realidade enquanto que o aquele é uma expressão deformada dela (VIANA, 1997 apud VIANA, 2010).

³ “Um modo de produção é constituído pelo conjunto das forças produtivas e das relações de produção, as quais são regulamentadas por determinadas formas de regularização” (MAIA, 2007 apud VIANA, 2007).

existem duas classes fundamentais: burguesia e proletariado. Cujas bases desse sistema é a exploração da classe proletária pela classe burguesa, com o intuito de extrair a mais-valia⁴ o que é a base essencial do capitalismo.

Ambas as classes tanto a burguesa quanto a proletária possuem interesses opostos, onde os capitalistas buscam explorar a mão-de-obra da classe trabalhadora, enquanto esta resiste à dominação que lhe é imposta o que acaba por colocá-las em constantes conflitos que tem como resultado a luta de classes. Na qual em momentos em que as lutas adquirem sua intensidade desenvolve-se então no proletariado sua consciência de classes.

Na sociedade capitalista a mulher é impelida a adaptar-se a dinâmica desse modo de produção, onde é requerido dela uma participação ativa na vida econômica, ou seja, sua inserção no mercado de trabalho. De maneira que a nova situação requereu que as mulheres que antes se encontravam em seus lares desenvolvendo diferentes funções, agora fornecessem sua mão-de-obra para atender a dinâmica do capital.

As relações de produção, que durante tantos séculos mantiveram a mulher trancada em casa e submetida ao marido, que a sustentava, são as mesmas que, ao arrancar as correntes enferrujadas que a aprisionavam, impelem a mulher frágil e inadaptada à luta do cotidiano e a submetem à dependência econômica do capital (KOLONTAI, 2005, p. 17).

Nesse contexto a mulher se ver forçada a adaptar-se a uma nova condição, passando por transformações sociais, econômicas e principalmente psicológicas, precisando então a partir disso reavaliar sua situação de mulher e conseqüentemente seus valores, sendo estes herdados por meio da família que até então regeram seu comportamento, determinando assim suas ações nessa sociedade.

Para Kolontai (2005, p.16) “A mulher moderna, como tipo, não poderia aparecer a não ser com o aumento quantitativo da força de trabalho feminino assalariado”. Assim o que antes era tido como normal, ou seja, a permanência das mulheres nos lares, agora o normal é sua participação no mercado, abandonando a condição de filhas, esposas, obedientes e submissas e adquirindo características de uma nova mulher.

Segundo Marques (2006, p. 92) “A mulher se liberta de seus valores tradicionais e cai nas entranhas do capital”. Dessa forma, a personalidade da mulher moderna é

⁴ “A mais-valia se origina de um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho (...)” (MARX, 2003, p. 231).

marcada principalmente pelas transformações que essa nova dinâmica do sistema provoca nelas. Sendo que requer destas características de força e de alguém que saiba se posicionar assemelhando-se assim ao próprio homem cujas marcas são permanentes. Onde as exigências desse sistema transformam as mulheres, aguçando nessas características que compõem sua individualidade.

As mulheres começam então a desenvolver sua autonomia no mercado, uma vez que conquista seu espaço e o salário que recebem facilitam sua liberdade dando a estas um sentimento de independência. Dessa forma elas começam a exigir direitos iguais aos dos homens, a lutar por salários mais justos, e por um lugar que agora ela considera ser seu por direito e merecimento.

A liberdade que as mulheres, e grande parte da sociedade, acreditam estar conquistando em benefício próprio, através do mercado de trabalho [...] nada mais é do que a liberdade dos capitalistas em explorar a sua força de trabalho. Dessa forma, ao engajar-se num trabalho alienado a mulher se anula como pessoa, pois, na lógica do capital o ser humano perde suas características humanas e passa a ser visto como mercadoria, como coisa (MARQUES, 2006, p. 82).

Dessa forma percebemos que o lugar das mulheres nessa sociedade é determinado pelas classes sociais que elas ocupam, de forma que na sociedade capitalista onde ocorre uma exploração e opressão de classes, ocorre concomitante a opressão de sexo. Assim sendo, como observado por Marques o trabalho desenvolvido pela mulher nesta sociedade acaba por retirar suas características próprias de mulher, adquirindo assim uma condição de mercadoria a serviço do capitalismo.

A condição da mulher como constituinte desse processo enquanto mercadoria a serviços dos capitalistas diz respeito justamente ao fato dela comercializar sua mão-de-obra, se integrando assim no mercado capitalista, onde sua força de trabalho coopera para o avanço do capital. A mulher torna-se assim alvo de exploração e vítima de uma opressão que aumenta consideravelmente.

Segundo Viana (2006, p. 131) “A situação da mulher no processo de trabalho e nas relações de trabalho no capitalismo apontam para uma situação de exploração extrema acompanhada por outras formas de opressão”. O autor reconhece a condição da mulher enquanto objeto de exploração e opressão não somente na sua condição de trabalhadora como de outras maneiras, a exemplo a dominação vivida por estas.

Paralelo a situação de exploração sofrida pela mulher por meio do mercado de

trabalho, ocorre também à dominação masculina, na qual esta além de suas atividades realizadas no trabalho, também lhe é imputada a responsabilidade do lar. De maneira que atenda tanto as exigências do mercado de trabalho como as necessidades e as solicitações de sua família.

No seio da família, a dominação masculina pode ser observada em praticamente todas as atitudes. Ainda que a mulher trabalhe fora de casa em troca de um salário, cabe-lhe realizar todas as tarefas domésticas. Como, de acordo com o modelo, os afazeres domésticos são considerados “coisas de mulher”, o homem raramente se dispõe a colaborar para tornar menos dura a vida de sua companheira (SAFFIOTI, 1991, p. 50, grifo do autor).

O autor analisa assim em sua obra características próprias de um determinismo machista, onde predominantemente o homem tem uma atitude de recusa ou mesmo negação da condição dessa nova mulher. Evidenciando assim uma sociedade onde ainda predomina o machismo, no qual a mulher sofre preconceitos nas diferentes esferas sociais por sua situação de mulher.

Segundo Viana (2006, p. 33) “A coerção da mulher ao trabalho doméstico proporciona a criação de laços de dependência desta em relação ao homem”. As relações entre homens e mulheres são assim marcadas por uma hierarquia de poder, que impera impedindo assim a igualdade entre ambos. O que se torna evidente devido à ilusão e ideia de que o homem é superior a mulher, o que, por exemplo, justificaria os salários mais baixos pagos as mulheres, bem como a competição gerada entre ambos os sexos na esfera da produção.

Outra característica que constitui a mulher na sociedade capitalista é a forma como sua imagem é veiculada, onde ela é vista como objeto de consumo, bem como um objeto a ser consumido, escrava de padrões de belezas que são determinados e passam a reger sua vida. A mulher nessa perspectiva parece perder sua identidade, e a mesma passa a ser secundária diante da necessidade de ser aceita e estar dentro dos padrões estabelecidos pela sociedade atual.

Para Viana (2006, p. 35) “Numa sociedade onde existe opressão feminina, tudo que serve para conservá-la serve, ao mesmo tempo, para conservar esta opressão, e também a dominação de classe, que é o fundamento desta opressão”. O que é essencial observar nesta fala é que a opressão de sexo é consequência da dominação de classes, e essas formas de opressão, envolvem mulheres de determinada classe social. Existindo nesse processo uma classe que explora e outra que é vítima dessa exploração.

Como existem na sociedade classes sociais opostas e com características específicas é esperado que o papel desempenhado pelas mulheres e a dominação que estas sofrem sejam demarcadas pela classe que estas constituem. Assim enquanto com as mulheres da classe trabalhadora temos o processo no qual estas se vêem lançadas ao mercado de trabalho tanto por necessidades econômicas, quanto por necessidades psicológicas. Com a mulher burguesa:

No caso das mulheres das classes privilegiadas ocorreu um processo semelhante mais por razões diferentes. A classe capitalista e as “classes médias” também executaram uma divisão de funções na família, onde o homem tinha como função cuidar dos “negócios” e a mulher da casa. Neste caso, tal divisão de tarefas foi produzida pela tradição familiar que a classe capitalista herda das classes anteriores (principalmente, da nobreza) (PEIXOTO, 2007, p. 106).

É possível notar na citação de Angélica Peixoto a distinção entre a mulher da classe burguesa e a da classe proletária. Onde nesta última ocorre não só uma dominação de sexo como também diferentes formas de opressão entre as quais se encontram a exploração exercida pelos capitalistas, enquanto que na primeira é evidenciada a dominação de sexo, o que não exclui a possibilidade de existir opressão entre as mulheres dessa classe.

Segundo Saffioti (1987, p. 64) “Às mulheres das classes privilegiadas é dado o direito de usufruir da riqueza que possuem, riqueza esta amealhada graças à exploração das classes trabalhadoras em geral [...]”, o fato é que o modo de viver das classes desfavorecidas que acaba sendo determinado pela classe no poder, em muito se distancia do modo de vida da classe dominante.

A mulher que compõe a classe operária é assim vítima de uma opressão que perpetua e reafirma sua condição de explorada que é também a condição da classe a que ela pertence. Constitui assim o grupo que tem sua força de trabalho apropriado pelos burgueses e que são submetidos a um processo de exploração intensa. “O burguês vê na mulher um simples instrumento de produção” (MARX; ENGELS, 1979, p. 48).

É importante reafirmar que o presente texto não se fundamenta ou se posiciona a partir da perspectiva do “feminismo” que coloca o sexo como fundamental, não reconhecendo que a opressão de sexo se encontra ligada a opressão de classe, como defendido pelo movimento operário. Ao que negando a ideologia feminista adota-se aqui a perspectiva da classe operária para compreender de fato como ocorre a opressão da mulher nesta sociedade. Essas concepções apresentam como diferença básica a

explicação de que a raiz da opressão se constitui na dominação de classe ou dominação cultural (PEIXOTO, 2006, p. 109).

A questão da mulher no capitalismo é uma questão não só dela como também da classe que ela compõe, partindo da classe explorada e das mulheres que a constituem. Não se trata de defender os interesses das mulheres como indivíduos isolados e sim juntamente com as reivindicações da sua classe. Para tanto, deve ser levado em conta às características dessa nova mulher, ou seja, o proletariado enquanto classe revolucionária que luta contra a dominação, e exploração devem negar todo preconceito e opressão contra a mulher.

A personalidade da mulher contemporânea é diferente em inúmeros aspectos, as mudanças econômicas, sociais e psicológicas vividas por elas nesse processo influenciam também os relacionamentos amorosos. Ela começa a enxergar diferentes possibilidades a sua volta, e o amor que antes era a essência da sua existência, nesta nova mulher já não ocupa lugar de destaque, adquirindo novos traços.

Mas á medida que a mulher participa mais amplamente do movimento da vida social, que se torna uma peça ativa no mecanismo da vida econômica, seu horizonte se amplia. As paredes de sua casa que, para ela, substituíam o mundo, desabam, e se deixa penetrar inconscientemente por interesses que, antes, eram-lhe totalmente estranhos e incompreensíveis (KOLLONTAI, 1982, p. 76).

Surge então na sociedade capitalista a nova mulher, com fortes marcas, e presença, se afirmando constantemente, e negando a moral sexual determinada até então. Apesar de trazer consigo essas novas características e personalidade a mulher operária não está isenta de ser influenciada por valores dominantes. Portanto, pretende-se mostrar a importância das mulheres das classes dominadas, reconhecerem sua situação enquanto classe e se posicionarem na luta pela sua emancipação, não objetivando uma liberdade individual mais os interesses da classe operária.

A questão não é respeitar a mulher porque ela é mulher, e sim porque ela deve ser considerada igual ao homem (POSADAS, 1982, p. 127). A mulher enquanto parte da classe proletária deve ser aceita e respeitada como igual, ou seja, deve ser dado a ela na luta e na classe revolucionária que ela integra as mesmas oportunidades dadas ao homem, para que ela possa se sentir realmente como elemento essencial desse grupo.

A história que constitui essa sociedade é escrita pelas classes fundamentais existentes no capitalismo: burguesia e proletariado. Em momentos de luta a classe

operária desenvolve a consciência de classes, sendo o desenvolvimento da luta de classes que determinará os rumos dessa sociedade. Quando mulheres, homens, ou seja, todos aqueles que compõem as classes exploradas estiverem dispostos a engajarem nessa luta, contra todo o tipo de opressão e dominação poderá então ser pensada uma superação do capitalismo e a efetivação da autogestão social.

Referências bibliográficas

KOLLONTAI, Alexandra. *Marxismo e Revolução Sexual*. São Paulo: Global Editora, 1982.

MARX; ENGELS; LENIN. *Sobre a Mulher*. São Paulo: Global Editora, 1979.

MAIA, Lucas. *Desenvolvimento do Materialismo Histórico-Dialético*. In: Viana, Nildo. *A Consciência da História: Ensaio sobre o Materialismo Histórico-Dialético*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

MARQUES, Edmilson. *A Mulher na Sociedade Moderna*. In: VIANA, Nildo (org.). *A Questão da Mulher: opressão, trabalho, violência*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2006.

PEIXOTO, Maria Angélica. *Movimento Operário e Lutas Femininas*. In: VIANA, Nildo (org.). *A Questão da Mulher: opressão, trabalho, violência*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2006

POSADAS. J. *A libertação da mulher, a luta de classes e a Revolução Socialista* In: MACHEL et al. *A libertação da mulher*. 3. ed. São Paulo: Global Editora, 1982.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. *O poder do macho*. 5. ed. São Paulo: Moderna, 1987.

VIANA, Nildo. *A Consciência da História – Ensaio sobre o Materialismo Histórico-Dialético*. 2. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

Dayani Fernanda Queiroz Barreto

Graduada em Pedagogia pela UEG –
Universidade Estadual de Goiás. E-mail:
daiany_nanda@hotmail.com

Eliane Maria de Jesus

Graduada em Pedagogia pela UEG –
Universidade Estadual de Goiás. E-mail:
free.eliane@gmail.com

Alguns Componentes da “Mitosociologia” de Max Weber*

Edgardo Adrián Lopez

Ao contrário do que se supõe, entre os séculos XVI e XVIII houve em lugares como Grã Bretanha, um complexo sistema “... de proteção do campesinato ... contra o senhor feudal”

Max Weber

Em diversas regiões da Inglaterra, a “imensa maioria da população estava composta (no final do século XIV) e mais inteiramente ainda no século XV, de camponeses ... que cultivavam suas próprias terras ... em guerra aberta com a realeza e o Parlamento, os grandes senhores criaram um proletariado muito mais considerável, ao usurpar os bens comunais dos camponeses e expulsá-los do solo que possuíam ...”.

Karl Heinrich Marx

Freud “... tem a sorte da matilha universitária não ir atrás dele”

Jacques Lacan

Tal como já havíamos colocado em uma comunicação apresentada no marco destas *Jornadas*, o “sociologismo” de Durkheim, Weber, Elias e Parsons¹, entre outros referentes idolatrados academicamente, se presta a uma desconstrução materialista que entende que existe uma solidariedade discursiva entre uma reflexão obcecada acerca do método e da delimitação do “normal”, “patológico”², “razoável”³, etc. na academia. Por

* Traduzido por Edmilson Marques.

¹ ELIAS, Norbert *La Sociedad Cortesana*. México: FCE, 1996.

² WEBER, Max. *Sobre a teoria das Ciências Sociais*. Buenos Aires: Planeta-De Agostini, 1994, p. 24.

Sem dúvida, acreditamos que uma postura que se irrita ou se sente incomodada com o dismantelamento do intelectual que temos como alvo, assume nada mais do que a concepção de que “Weber” é “intocável” e que tal análise é o gesto típico de um principiante em busca de sua autoafirmação diante da tradição que obscurece quem é de fato. Algo semelhante a uma atitude que observamos em alguns dos principais referentes, carregados de um obscurecido preconceito fundamentalista, a tese doutoral de história,

sua vez, a aprovação de tal ação (b) está envolvida em muitas questões não detalhadas com êxito. Além disso, observamos uma série de impasses ideológicos, uma alternativa que visa delimitar eventos e valores (c).

I

Exceto as observações expressas no campo do materialismo crítico (que é conhecido através do impreciso nome de “marxismo”) não estamos informados de um desmoronamento das teorias de Weber. O que encontramos, são, desde exposições sistemáticas de seu pensamento, sem nenhuma oposição⁴ a ele, até elogios⁵ efetuados com o objetivo de inserí-lo nas instituições acadêmicas que combatem furiosamente Marx e a certos marxistas, um “culto à personalidade” semelhante ao que sucedia àqueles que eram canonizados na frustrada ex URSS.

Poucos questionaram publicamente a misoginia de Weber⁶, seu elitismo⁷, o racismo às vezes imoderado sobre o que analisava⁸, seu militarismo e nacionalismo⁹,

Semiótica e Materialismo crítico. Segmentos sociais e processos semióticos: a base estrutural da dialética. Trabalho dirigido pelo Sr. Juan Ignacio Anjo Velilla Mgarriños de Morentin.

DERRIDA, Jackie Eliahou. *A Desconstrução nas Fronteiras da Filosofia*. Barcelona: Paidós, 1989.

DERRIDA, Jackie Eliahou. “Cogito e História da Loucura” in *A escritura e a Diferença*. Barcelona: Anthropos, 1989.

FOUCAULT, Paul-Michel. “Apêndices” in *História da Loucura na Época Clássica*. Buenos Aires: Vol. II, FCE, 1992.

_____. “A loucura, a ausência de obra” in “Apêndices”. Texto incluído em *História da loucura na época clássica*.

FOUCAULT. “Meu corpo, esse papel, esse fogo” in: “Apêndices”. Corpus inserto em *História da loucura na época clássica*.

LACAN, Jacques. “Prefácio” in: Riffelt-Lemairf, Anika Lacan. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1986.

NAISHTAT, Francisco. *Max Weber e a Questão do Individualismo Metodológico nas Ciências Sociais*. Buenos Aires: EUDEBA, 1998.

MARX, Karl. *O Capital*. Buenos Aires: Vol. I, Cartago, 1983.

WEBER, Max. *História Geral da Economia*. México: FCE, 1961.

³ WEBER, Max. *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*. Planeta-De Agostini, Buenos Aires, 1994, p. 24.

⁴ BENDIX, Reinhard. *Max Weber: retrato intelectual*. Buenos Aires: Amorrortu, 1970.

JANOSKA BENDL, Judith. *Max Weber e a Sociologia da História*. Buenos Aires: Sur, 1972.

MOYA, Carlos. “Weber e a Vocação Atual da Sociologia” in: *Sociólogos e Sociologia*. México: Siglo XXI, 1998.

⁵ SÁNCHEZ SARTO, Manuel. “Prefácio” in: WEBER, Max. *História Geral da Economia*. México: FCE, 1961.

HONIGSHEIM, Paul. *Max Weber*. Buenos Aires: Paidós, 1977.

⁶ WEBER, Max. *História Geral da Economia*. México: FCE, 1961, pp. 40, 46, 207.

⁷ WEBER, Max. *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*. Buenos Aires: Planeta-De Agostini, 1994, pp. 88, 131, 159.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. México: FCE, 1992, p. 31.

⁸ Idem, pp. 8, 31.

sua luta contra o socialismo e a interpretação materialista dos processos¹⁰. Poucos foram aqueles que colocaram em questão o seu etnocentrismo¹¹, a defesa, descarada ou direta, das desigualdades dos sistemas coletivos superados¹², certo elogio dos “progressos” consequentes do colonialismo¹³, sua resistência às lutas travadas pelos grupos subalternos¹⁴ e o que encobre seu aparente asceticismo diante das possibilidades das insurgências, acossada pela burocratização¹⁵: Uma resignação acerca da ordem estabelecida¹⁶.

O historiador marxista Pierre Vilar, é uma das escassas vozes que põe em dúvida a aparente erudição do ideólogo germânico, em relação à sua “crítica” a Marx e a indelével concatenação das cronologias dos ecos, que qualifica sem titubear de “fantástica”¹⁷. Incluímos que se enreda em desatinos historiográficos fundamentais, ao sustentar a existência de capitalismo e capitalistas desde os faraós egípcios¹⁸ e nas mais remotas fases da cultura chinesa¹⁹ (!).

WEBER, Max. Sobre a teoria das Ciências Sociais. Buenos Aires: Planeta-De Agostini, 1994, p. 86, nota 18 de p. 254.

⁹ CAMPBELL, Tom. "Capítulo VIII. Max Weber: uma teoria da ação" in Sete teorias da sociedade. Madrid: Cátedra, 1985, pp. 199, 210-211.

¹⁰ WEBER, Max. História Geral da Economia. México: FCE, 1961, pp. 3, 17, 274, 276.

WEBER, Max. Sobre a teoria das Ciências Sociais. Buenos Aires: Planeta-De Agostini, 1994, pp. 30-35, 50, 67, 69, 78, 159.

¹¹ WEBER, Max. Economia e sociedade. México: FCE, 1992, pp. 14

WEBER, Marx. Sobre a teoria das Ciências Sociais. Buenos Aires: Planeta-De Agostini, 1994, pp. 17, 128, 139.

¹² WEBER, Max. História Geral da Economia. México: FCE, 1961, pp. 61, 69/70, 78, 81, 86.

¹³ Idem, pp. 48, 253.

¹⁴ Idem, pp. 33, 45.

WEBER, Marx. Sobre a teoria das Ciências Sociais. Buenos Aires: Planeta-De Agostini, 1994, pp. 86, 124-126.

¹⁵ Idem, p. 159.

¹⁶ Idem, p. 160.

CAMPBELL, Tom. "Capítulo VIII. Max Weber: uma teoria da ação" in Sete teorias da sociedade. Madrid: Cátedra, 1985.

Contudo, com esta questão não pretendemos “descobrir” uma evidência conhecida por todos: que Weber seria um intelectual decididamente burguês e pro-capitalista. O que nos interessa é mostrar que o “mitoideólogo” em questão, ao contrário do que se pensa, quando é colocada uma alucinada “crítica” à prisão ? de uma burocracia crescente, não se encontra dentro da tradição libertária. Por outro lado, entre suas aspirações a fundamentar cientificamente um saber como o da Sociologia, que é terrenos de fortes disputas, e seus logros alcançados se aprecia um discurso (inclusive aí, no sentido psicoanalítico do termo, *id est*, que se coloca uma distância que explicita que se cobiçam ideologias nas pretensões de paternidade...).

¹⁷ VILAR, Pierre. Crecimento e Desenvolvimento. Economia e História. Reflexões sobre o caso espanhol. Buenos Aires: Planeta-De Agostini, 1994, p. 355.

¹⁸ WEBER, Max. História Geral da Economia. México: FCE, 1961, pp. 283.

¹⁹ Idem, p. 282, 296.

II

É vastíssima a produção ideologizante do intelectual funcional sobre a divisão no trabalho da dominação que se exerce na intelectualidade, o que motiva que devamos realizar as desconstruções a várias questões, extraídas de vários comentários²⁰ de passagens específicas das obras *Economia e Sociedade* (1992), de *Sobre a Teoria das Ciências Sociais* (1994) e de sua *História Geral da Economia* (1961).

Recorrido que é desmensurado não pela sistematicidade com a qual seria impostergável combater a favor da inauguração científica da *Sociologia* (até agora, ocorreu em casos isolados e não de forma contínua no mesmo “autor” – f. e., Bourdieu²¹) mas pela necessidade de acumular as isotopias, lexemas, campos semânticos, interpretantes, semas etc, necessários para os efeitos de se fornecer material suficiente para a crítica expressada. No entanto, haverá um “fundo” de obras que enfatizará o jogo em que envolvemos²².

Enquanto ao seu monumental texto sobre a “sociologia” compreensiva, a sua estrutura interna é a de um extenso esboço que não pode ser revisado para divulgação impressa. Ela consiste, igual a uma boa quantidade de palimpsestos que respondem à sua afirmação, de uma longa discussão da terminologia. A inacabável “*primeira parte*”, cujo título é “*Teoria de categorias sociológicas*”, consiste em quatro grandes temas que são: “*I. Conceitos básicos de sociologia*”, “*II. As categorias de base sociológica da vida econômica*”, “*III. Os tipos de dominação*”, “*IV. Estamentos e classes*”.

A “*segunda parte*”, que introduz vários temas de Sociologia e tem como subtítulo “*A economia e as ordens e os poderes sociais*”, é integrada por nove extensas

²⁰ Idem.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. México: FCE, 1992.

WEBER, Max. *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*. Buenos Aires: Plantena-De Agostini, 1994.

²¹ BOURDIEU, Pierre-Felix et al. *Respostas. Por uma Antropologia reflexiva*. México: Grijalbo, 1995.

BOURDIEU, Pierre-Felix *Razões Práticas. Sobre a teoria da ação*. Barcelona: Anagrama, 1997.

BOURDIEU, Pierre-Felix *A distinção. Critérios e bases sociais do gosto*. Madrid: Taurus, 2000.

Para uma visão geral das limitações deste sociólogo, em várias passagens de seus axiomas sintéticos apresentados como hipóteses “silvestres”, ver CANCLINI, Néstor García. “La sociología de la cultura de Pierre Bourdieu”. Documento acessado em julho de 2004, pelo endereço eletrônico: <https://www.comminit.com/la/images/garciacanclini.pdf> (home).

²² WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Barcelona: Península, 1969.

WEBER, Max. *Sobre a Teoria Sociológica*. Barcelona: Península, 1971.

WEBER, Max. *Ensaio Sobre Metodologia Sociológica*. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.

WEBER, Max. *O Político e o Científico*. Madrid: Alianza, 1984.

WEBER, Max. *O Problema da Irracionalidade nas Ciências Sociais*. Madrid: Tecnos, 1985.

macroisotopias, que são: “I. A economia e as várias ordens”, “II. Economia e sociedade em geral”, “III. Tipos de comunidade e sociedade”, “IV. Comunidades étnicas”, “V. Sociologia da Religião”, “VI. (O) Mercado”, “VII. Sociologia do Direito”, “VIII. Comunidades Políticas”, “IX. Sociologia da dominação”, que por sua vez, contém uma subseção que trata de uma “Sociologia do Estado”. Depois segue um “Apêndice” que descreve um conhecimento que tenta ser uma “sociologia” da música.

Assim como já adiantamos, é possível assumir a desconstrução total de um corpus dos traços compartilhados telegraficamente, descrito em um artigo divulgado em algumas *conferências*. Esperamos fazê-lo em um estudo posterior. Mas por que, nos voltamos para outros plexos com o propósito de que a crítica da *Economia e Sociedade*, limitada ao primeiro item da “Primeira Parte”, não nos dê uma perspectiva anêmica de quem definimos como mitometafísico.

No entanto, uma “amostra” dos mecanismos de enunciação não é apenas algo precário em que, para as ferramentas que nos oferece a semiótica²³, a Psicanálise e o deconstrutivismo derrideano-marxista, os “vestígios” têm grande poder para apoiar a crítica.

Voltando ao tema, o que temos a dizer em torno do tema prevê-se que:

1. Uma das contribuições de Weber é que é possível articular um “princípio de limitação”, de dois aspectos, a um certo nível, aceitável “falsificação”; a primeira de caráter restrito e a outra, de amplos alcances.

Às vezes acontece que há insuficientes documentos históricos que pode suportar a verdade da regularidade sugerida, e depois mantém-se como uma simples hipóteses²⁴. Além disso, na maioria das situações há apenas uma possibilidade de que você siga um determinado processo ou, de modo que nem sequer é relevante para apelar para a necessidade de “falsificar” um prognóstico baseado em números aleatórios.

2. O pensador nascido em Erfurt, argumenta que no desenvolvimento da ação significativa, podem intervir fatores que não são da ordem de significado, tais como as disposições racial, o índice craniano, a cor da pele, etc²⁵. Mesmo tais condições genéticas podem fazer mais ou menos racionalmente o curso da ação. De acordo com o sublinhado acima, temos o *racismo* como

²³ GREIMAS, Algirdas Julien. *Semiótica e Ciências Sociais*. Madrid: Fragua, 1980.

²⁴ WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. México: FCE, 1992, p. 10.

²⁵ Idem, p.08.

base metodológica.

3. A sociologia “interpretativa” se encontra atravessada pelas dicotomias metafísicas ocidentais do racional oposto ao emocional, por isso o “*pathémico*” é tratado como uma “fronteira” que impede uma compreensão total da ação por causa de sua irracionalidade²⁶.

No entanto, este acrescenta outra objeção a Marx, para o qual as paixões não são irracionais senão algo “essencial” para o homem. São as comunidades anteriores à sua reconstrução democráticas (em especial, as de classes) as que “irracionalizam” as afeições e “racionalizam” ações que ameaçam os instintos da vida.

Que também é por isso que a simples visão de uma ligação estreita entre meios e fins neutraliza o potencial crítico da sociologia: é impossível ser capaz de desafiar a “racionalidade” da dominação²⁷. Por exemplo, a equivalência forçada entre a existência e salários, entre faculdades humanas e dinheiro ao qual o trabalhador é submetido, não é algo racional; de forma precisa, Marx chama a atenção para o evento sem precedentes que não pode ser empurrado para uma igualdade impossível (o subjetivo) e o econômico (o dinheiro), seja algo “natural” e aceitável.

Esta interferência das mitofilosofias ocidentais, se completa com associações quase promíscua entre as recomendações metodológicas e o “apartheid” racionalista que diferencia entre as figuras do “normal” e do “patológico”: conforme sugerimos na apresentações sobre Durkheim²⁸, as obsessões clínicas sobre as melhores abordagens metodológicas correspondem surpreendentemente com lexemas que se referem à “necessidade” de separar o “joio”, que é a “loucura”, do “bom trigo”, que prova ser a razão cordial.

4. Ao resgatar como importante a repetição nas ações sociais para deduzir a média típica²⁹, aceita o grau de desencantamento e rotinização que

²⁶ Idem, pp. 08 e 09.

²⁷ Exercício do domínio ao que Weber homologa constantemente com “obediência”, removendo assim no final a eficácia subversiva, como pode ser visto em inúmeras passagens de *Economia e Sociedade*.

²⁸ LÓPEZ, Edgardo Adrián. “Apontamentos Sobre Certas Aporias do ‘sociologismo’ de Durkheim, segundo suas Reglas Metodológicas”, trabalho apresentado nas *VI Jornadas de Investigación y Docencia de la Escuela de Historia. Escenarios provinciales: historias e historiografías. Aos 75 anos do falecimento de Bernardo Frias*, realizadas entre 03 e 04 de novembro de 2005, na Faculdade de Humanidades, UNSa., Salta capital, Argentina. Inédito, p. 3.

²⁹ WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. México: FCE, 1992, p. 11.

atravessam as práticas existentes nas comunidades até agora. A redundância unidimensionaliza a riqueza semiótica da ação e da alienação, portanto, uma sociologia inocente desse processo, ajuda a reforçar o tédio.

5. Sem efetuar as observações feitas em *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*, sugere que as leis sociológicas são regularidades estatísticas³⁰ que são construídas em torno do real. Mas se esses padrões podem indicar até que ponto um tipo ideal de ação é interativo³¹, as médias estatísticas são construídas sobre uma abstração (tipo ideal e não com base no concreto, por isso fica preso em uma contradição).
6. Falando de estatísticas, julga que há alguns que não tematizam eventos com significado, mas inclui nessa esfera peculiar aos índices de mortalidade, quantidade de chuva, etc³².

No entanto, em Marx a mortalidade e fertilidade são feitas com sentido, na medida em que constituem variáveis de modo de população, que corresponde ao modo de produção dominante. Além disso, fatores climáticos não têm sentido porque estão ligados ao impacto da sociedade sobre o meio ambiente, ou seja, a dialética homem-biosfera. As limitações apontadas revelam como estreitar a definição de “ações significativas” proposta pela chamada “Sociologia” compreensiva.

7. A perspectiva weberiana conceitua que a ação de entidades coletivas deve reduzir-se a uma práxis levada adiante por um grupo que parece ser individual³³. No entanto, a semiótica de Lotman³⁴ demonstrou que a estrutura e sujeitos plurais são capazes de ações sem que para compreendê-la, tenha que assumir que eles se comportam como indivíduos.
8. Ele articulou uma visão muito distorcida sobre as instituições que fazem parte de um contexto em que prevalecem as divisões de classes, quando afirma que o Estado continua sendo o norteador da ação coletiva.

Por outro lado, Marx observa que o Estado, sendo uma instituição classista, tem funções complexas que o torna importante na reprodução da ordem

³⁰ Idem, p. 11.

³¹ Idem, p. 11.

³² Idem, p. 11.

³³ Idem, p. 12.

³⁴ LOTMAN, Iurij Mikháilovich. *A Semiosfera I. Semiótica da Cultura e do texto*. Madrid: Frónesis/Cátedra, 1996.

social, na legitimação da desigualdade, na gênese de universos de sentido para o qual se cria valores universais (a nação, etc.) e no desconhecimento do domínio através do parlamentarismo (certo que tais aspectos não esgotam a natureza do Estado, mas levantam hipóteses de longo alcance – somente os marxistas políticos e os opositores à Pierre Bourdieu, poderia imaginar que era tudo o que o “Materialismo Histórico” poderia pensar).

9. Em um curto parágrafo, o “sociólogo” alemão reconhece que ele pode ter inaugurado uma dimensão crítica que consiste em debater qual é o meio mais racional entre mídia, valores e/ou fins³⁵. Mas se a luta de classes é reduzida a uma luta de motivos³⁶, e se o lexema “luta” é definido de forma que a lógica da confrontação classista é obscurecida e negada³⁷, os horizontes, de uma tal crítica, não são amplos.
10. Etnocentrismo e logocentrismo são profundos na mitossociologia “interpretativa”, por enquanto figuram em seu seio, sem prevenção alguma, as oposições entre o “selvagem” e o “civilizado”³⁸. Esta situação se agrava quando se auto-impõe uma limitação suplementar ao postulado que não podem lidar nem da relação homem-natureza nem do comportamento dos denominados “homens primitivos”.

No entanto, esta aparente prudência epistemológica, capaz de reconhecer as fronteiras no estudo da ação social, revela a persistência de rejeição: que a alteridade incômoda da biosfera e os outros têm que ser colocadas entre parênteses, de forma que a “civilização”, o branco, em suma, o etnocentrismo possa encontrar o espaço para auto-compreender-se. No entanto, o mecanismo pelo qual chega a essa auto-percepção não é colocado como um objeto para desconstruir; assim a citada auto-captção não é mais que uma pre-compreensão ideologizada e normalizada.

11. A “Sociologia” em curso deve ser, numa primeira fase, um estudo *funcionalista* da ação. Mas, com isso, as classes, os trabalhadores

³⁵ WEBER, Max. Economia e Sociedade. México: FCE, 1992, p. 13.

³⁶ Idem, p. 10.

³⁷ Idem, p. 31.

³⁸ Idem, p. 14.

improdutivos (em especial, os que constituem as “classes ideológicas”) e os setores independentes³⁹, não podem ser apreendidos em sua estrutura. Vg. Oculta a luta de classes por considerar que a classe dominante e a dominada cumprem *diferentes* funções, a causa pela qual prestam *serviços* mútuos⁴⁰.

12. Em suas reflexões sobre a relação entre mídia, valores e fins⁴¹, negligencia o contexto social que “racionaliza” universos que são profundamente irracionais. O Sociologismo “interpretativo”, se mostra incapaz de questionar o marco histórico que traz alguma racionalidade e racionalização que alimentam o domínio (veja abaixo).
13. Considera-se que a economia é uma ciência que aborda as avaliações necessárias para otimizar a utilização dos recursos inutilizados⁴². No entanto, há perguntas sobre porque e como se constituiu uma suposta ciência acerca do econômico; nem se quer percebem preocupações sobre se é possível semelhante saber, coisa que o materialismo crítico põe constantemente em dúvida.

Embora não possamos demonstrar aqui, Marx não esclarece os obstáculos ideológicos que fazem da Economia Política uma disciplina burguesa, a fim de convertê-la em científica, mas questiona a mesma alternativa que pode ser baseada em uma ciência econômica⁴³ (de forma que não seja viável uma “economia geral das práticas”, nas palavras de Pierre Bourdieu, como a economia como tal é desafiada). Tampouco ignoram suspeitas sobre a questão da lenta e progressiva diferenciação, no seio da comunidade, de certo universo que seria o econômico. Novamente, para Marx a emergência da economia (primeiro, como um simples controle do tempo; depois, enquanto um cosmos composto por mercadorias, dinheiro e preço) em si não

³⁹ LÓPEZ, Edgardo Adrián. *História, Semiótica e Materialismo Crítico. Segmentações Sociais e Processos Semióticos: a dialética Base-Superestrutura*. Tese Doutoral orientada por Juan Ángel Ignacio Magariños Velilla de Morentin. Aprovada em 23 de março de 2006 na Faculdade de Humanidades da Universidade Nacional de Salta (UNSa.), Salta, Pcia. de Salta, Argentina. Inédita, nota 27 de pp. 130-131. López, Edgardo Adrián. “Semiótica e Materialismo Histórico: uma confluência Oportuna para la Teoria dos Grupos Sociais” em *Revista 4. Escola de História. Faculdade de Humanidades da Universidade Nacional de Salta (UNSa.)*. Talleres Gráficos M. G., Salta, Año 4, vol. I, N° 4, año 2005: 267/286.

⁴⁰ WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. México: FCE, 1992, p. 15.

⁴¹ *Idem*, p. 16.

⁴² *Idem*, p. 16.

⁴³ LÓPEZ, Edgardo Adrián. *Semiótica e Materialismo Crítico. Segmentações Sociais e Processos Semióticos: a dialética base-superestrutura*. Tese Doutoral orientada por Juan Ángel Ignacio Magariños Velilla de Morentin. Aprovada em 23 de março de 2006 na Faculdade de Humanidades da Universidade Nacional de Salta (UNSa.), Salta, Pcia. de Salta, Argentina. Inédito, pp. 511/512.

é algo natural ou um dado do qual tenha simplesmente que partir. No entanto, o diagnóstico marxista de que a economia teve uma origem é distinto da posição bourdiana segundo a qual o econômico nas sociedades etnográficas, é uma instância intercalada com relações não econômicas (f. i., aqueles de parentesco). Cabe ressaltar que mesmo nessa classe de associações, a economia se estrutura em torno da necessidade urgente de controlar o tempo com o objetivo de garantir a reprodução do trabalhador em geral.

Finalmente, Weber não questiona as razões pelas quais a sociedade entra em uma dialética estreita com o econômico. Assim, a “Sociologia” compreensiva se converte, de parte a parte, em um pensamento *falado pela economia* e querendo evitar o economicismo, se enforca em seus tópicos (*na essência*, deve-se notar que desejando elucidar o domínio, o poder e a legitimação, seu teorismo resulta determinado para o que tenta pensar).

14. Por um lado, é exigido que uma abstração profunda elabore tipos ideais que estão distanciados da empiria; por outro, que um fenômeno histórico seja interpretado a partir de um de seus elementos, que na época não é um tipo ideal⁴⁴.

Além desta contradição, a metodologia dos tipos ideais não tem a complexidade das categorias elaboradas segundo o concreto-abstrato e o desconstrutivo-materialista⁴⁵, caindo no (falso) dilema de optar pelo particular diferenciado do geral/vazio. Além disso, a *diferença* entre o conceito e o dado, sua *hiância* supõe os mecanismos psicanalíticos da ignorância, negação, repressão, deslocamento etc., tal que a estratégia do tipo ideal é um (suposto) saber construído para evitar a percepção de que o objeto está sendo *ofuscado* à compreensão.

De fato, Weber afirma⁴⁶ que uma das estratégias de insight associadas ao tipo ideal é a de que o analista exteriorize seus próprios valores como

⁴⁴ WEBER, Max. Economia e Sociedade. México: FCE, 1992, p. 17.

⁴⁵ LÓPEZ, Edgardo Adrián. Semiótica e Materialismo Crítico. Segmentações Sociais e Processos Semióticos: a dialética base-superestrutura. Tese Doutoral orientada por Juan Ángel Ignacio Magariños Velilla de Morentin. Aprovada em 23 de março de 2006 na Faculdade de Humanidades da Universidade Nacional de Salta (UNSa.), Salta, Pcia. de Salta, Argentina. Inédito, pp. 701/702.

⁴⁶ WEBER, Max. Sobre a Teoria das Ciências Sociais. Buenos Aires: Planeta-De Agostini, 1994, pp. 152/153.

padrões que ajudam a “medida” o “grau de desvio” do efetivamente constatado, com relação a essa abstração gestada. Mas o que deve ser observado nele, é que o ideólogo admirador de Durkheim⁴⁷, “confessa” que nos exemplos construídos está o ninho de sua ideologia. Não é por acaso que em vez de submeter a crítica as políticas governamentais de proteção dos grupos dirigentes, prefira desvendar a ação dos sindicalistas que lutam em prol de efetivar as aspirações proletárias⁴⁸.

15. Quando em um descuido, estabelece que qualquer comunismo será, certamente, sem dúvida, um regime burocrático, tal qual já ocorreu⁴⁹, o ideólogo alemão se permite fazer futurologia sem lembrar que tratou a Marx como um profeta⁵⁰.

Não é de mais esclarecer que em diagnósticos dessa envergadura, Weber revela o grau de desconhecimento da teoria que demonstra que nem o comunalismo “primordial” nem o “avançado”, supõe burocracia. Em vez disso, essa classe de terceiro poder, junto à economia (dos quais o seu princípio de dissolução resultaria no socialismo revolucionário) teria que desaparecer.

16. Em infinitas e esmagadoras ocasiões, o mitosociólogo em questão enaltece o realismo empiricista⁵¹ sem perceber que arrasta a crítica em direção ao senso comum.
17. Na mesma página e em outras espalhadas ao longo de suas extensas descobertas, concorda com Durkheim sobre a urgência de fundamentar a cientificidade imperfeita da Sociologia, regozija que o socialismo “interpretativo” é capaz de imaginar até mesmo estados sociais absurdos, *id est*, o possível, negando-se a conceder o mesmo “direito” a teorias rivais como a de Marx, de modo que incorre em uma contradição entre o que não concorda com outros e o que se arroga a si mesmo.

A pesquisa sobre o Estado, e sobre a burocratização-intelectualização/racionalização crescentes que o acompanha, tece para mais de um

⁴⁷ WEBER, Max. *História Geral da Econômica*. México: FCE, 1961, nota 6 de p. 10, nota 20 de p. 52.

⁴⁸ WEBER, Max. *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*. Buenos Aires: Planeta-De Agostini, 1994, pp. 124/126.

⁴⁹ WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. México: FCE, 1992, p. 42.

⁵⁰ WEBER, Max. *História Geral da Econômica*. México: FCE, 1961, p. 247.

⁵¹ WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. México: FCE, 1992, p. 41.

rápido comentário, como exemplo do corrosivo que suspira em Weber (ver nota). Poupano assim o trabalho tedioso de demonstrar que não é assim citaremos um “discípulo” que, se não é um dos mais precisos no momento das glosas mantidas, acerta em sustentar que o nascido em 1864 tem por propósito mostrar que entre o capitalismo e, digamos, o socialismo, é preferível o primeiro⁵².

Mas se ansiava uma prova, recordaríamos que para este intelectual santificado pelas camarilhas que monopolizavam recursos valiosos e escassos nas instituições de ensino e/ou pesquisa, excluindo aqueles que não respondem aos nomes gravados na testa (“estratégias” que vão desde as fofocas de “vizinhança”, o laço, conluio, até os modos soterrados dos desacreditados protestantes etc.), os calvinistas protestantes colocaram por terra o “preconceito” de não cobrar os juros, “legítimo” interesse por dinheiro emprestado⁵³. De onde inferimos que o pensador alemão, encontra “apenas” uma ordem sócio-econômica que permite o gozo de interesse.

E é que o “sociólogo” na brecha, se espanta ante a “introdução” do “caos” do qual é portadora a revolução⁵⁴ e teme aos conflitos sociais⁵⁵, pela maneira que os coloca na frase. Este conservadorismo aumenta quando, ao saber que “menospreza” a democracia sindical⁵⁶, fixa sua resistência (no sentido psicanalítico) na palavra “democracia” dos lexemas “democracia sindical” e então emerge como um inimigo da democracia a secar.

Assim, percebemos que a pontualidade na clarificação de noções, na posição epistemológica, na oposição a outras “ligações discursivas”, etc., tem por correlato um poder degradante da crítica, precisamente o que isso significa: para distrair os opositores em explicações cansativas, há a desculpa para não reconhecer que o espírito questionador não se encontra à altura daquelas pacientes tarefas, realizado principalmente com o propósito de ignorar melhor que nessa “crítica” há uma ausência de crítica.

III

A História Geral da Economia vai das primeiras épocas da cultura japonesa, chinesa, indiana e africana, até o nascimento do capitalismo no Ocidente.

⁵² HONIGSHEIM, Paul. Max Weber. Buenos Aires: Paidós, 1977, p. 16.

⁵³ WEBER, Max. *História Geral da Econômica*. México: FCE, 1961, p. 235.

⁵⁴ Idem, p. 100.

⁵⁵ Idem, p. 144.

⁵⁶ Idem, p. 140.

Um primeiro contorno começa com a definição de conceitos. Logo segue o “*Capítulo I*”, que foca a organização agrária em grupos sociais que ele denomina de “unidade doméstica”, “linhagem”, “aldeia” e “domínio senhorial”. O “*Capítulo II*” fala sobre a indústria de mineração até ao alvorecer do capitalismo. O “*Capítulo III*” tem como objeto as operações com mercadorias e dinheiro na época pré-capitalista, o que o leva ao anacronismo de enfatizar que havia verdadeiros bancos e grandes banqueiros em períodos como nos que viveram os egípcios⁵⁷ e os babilônios⁵⁸. Remata o estudo no “*Capítulo IV*”, que trata sobre a *origem* do capitalismo moderno, isotopia que leva o nosso autor a empregar em seu discurso, sem interrogar-se pelas cumplicidades metafísicas existentes entre esse “ideologema” e a palavra grega “arkhé”, a desgastada filosofia das origens.

Pois bem, já uma prematura objeção ao breve esboço emerge no fato de que não define o lexema “cultura”, o que deixa aberta a brecha para que se tencione o etnocentrismo mais recalitrante (devemos confessar que em nenhuma das obras de Weber, lida com uma profunda atenção, fomos capazes de encontrar uma definição explícita do conceito). Semelhante, oferece sinônimos para uma noção central para caracterizar o “espírito capitalista”, que é “ideologia” (conceito que nós delineamos em outro “topoi”). Sem uma análise mais aprofundada, fala de um desenvolvimento da “ideologia” que seria atribuível ao capitalismo⁵⁹.

Notamos também, a utilização de uma estratégia básica que busca elevar uma categoria complexa, o óbvio, bloqueando-se então em uma “sociologia” da evidência ou muito próximo ao senso comum. Com grande pompa, faz marketing de si quando torna a afirmar que o chicote que usava empregar o capataz de escravos da época romana ou o senhor feudal, é “nada mais” (!) que um “instrumento”⁶⁰, sem ocupar em tematizar as desigualdades provocadas por alguns homens, no todo iguais a outros, adquirem o poder de castigar a seus semelhantes como se fossem animais de carga. Leva a sério e de forma criteriosa, as operações ideológicas que amortecem a dominação, operações que na maioria das vezes provém não de “intricados” mecanismos semióticos, senão do cotidiano.

Se vê assim onde chega uma suposta “sociologia” do domínio: para encobrir o

⁵⁷ Idem, p. 221.

⁵⁸ Idem, p. 223.

⁵⁹ Idem, pp. 295-296.

⁶⁰ Idem, p. 03.

que pretende focar e a reforçar os processos comuns de ocultação da desigualdade. Um intelectual que se acomoda à divisão do trabalho que o destina a ser praticante de um “trabalho improdutivo”, porém com o privilégio de ser um dominado que manda pelo menos sobre os sinais, o que não é um poder desprezível.

As categorias econômicas das quais parte, estão absolutamente colonizadas pelo economicismo capitalista, ao ponto de tornar-se incapaz de observar em sua escritura até que ponto interiorizou, naturalizou e fetichizou “evidências” que não são tais. Por exemplo, subestima a nossa inteligência com a revelação de que o dinheiro presta um serviço que o torna impossível de substituir⁶¹, o que se teria que romper com o raciocínio, que não é metafísico, de que se não houve antes moeda é que cabe aguardar que não haja sempre. Que Weber está cego como para que suas ideologias lhes dificultem concluir o que indicamos, sugere o grau (se for legítima a metáfora) em que está tomado pelas mitologias do regime atual de produção de tesouro.

E se a “ciência” econômica falar de limitar-se a proposições que axiomatizam que a dominação e exploração se deve a que alguns homens são “diferentes” em sua “disposição” para prestar o “serviço” de ser vg., dominado por outros⁶² que se beneficiam desse “acidental” efeito, aquela “ciência” não excede um saber ideologizado no transcorrer das notícias diárias. Comprovamos isso quando, ao utilizar afirmações abstratas que vão às meras “probabilidade” e “combinações”, inventa uma “classificação” dos diversos tipos de tarefas que surgiram ao longo da História (transitando, como lhe é peculiar, da Antiguidade ao feudalismo e dali a China, etc.), para mostrar sem explica-la, que os lexemas “modo de produção” são demasiado elementares diante a este poder das nuances⁶³.

O anterior é complementado com o dispositivo retórico de enumerar tipos ideias que atravessam diferentes épocas, descontextualizados, não só das formas de economia senão das culturais (cf o que efetua com as classes de propriedade⁶⁴). Assim, a rejeição do realismo histórico do materialismo desconstrutivo, faz com que Weber não tenha os suportes suficientes para evitar que vá do século III ao século XVIII em apenas uma página⁶⁵, e que fale *da* plantação, *a* propriedade, *o* senhorio, etc., como se fossem enteléquias platônicas suspensas na eternidade⁶⁶.

⁶¹ Idem, p. 09.

⁶² Idem, pp. 09/10.

⁶³ Idem, pp. 13/15.

⁶⁴ Idem, p. 61.

⁶⁵ Idem, pp. 95/96.

Esta “sociologia” do econômico e das relações entre economia e sociedade, cheias de “escalas”, “graus”, “escuras claras”, “possibilidades”⁶⁷, etc., nunca se conscientiza para que a “teoria” da “urgente” distinção entre fatos e normas revele suas limitações estruturais, de que algumas “matizes” implicam na luta de classes⁶⁸.

A partir da página 40, o mitoideólogo aqui discutido principia uma tediosa confrontação com o materialismo pós-filosófico, detalhando os casos e eventos nos quais pode ser visto que o economicismo de Marx torna difícil perceber que as relações familiares, desempenham um papel. Mas se a teoria crítica nos adverte que mulheres e homens levaram uma existência penosa, condicionada por fatores que não controlam e que, ao não governa-los, os cerque de maneira quase mecanicista e causacionista, nisto há de fazer do positivismo o extremo de Marx, senão a impotência dos agentes para realizar seu próprio futuro. Os conceitos operacionais da “base” e “superestrutura”, injustamente desacreditados nestes tempos de Pensamento Único, permitem localizar os processos sociais como “fatores” que condicionam e que são condicionados, com uma finalidade emancipatória: indicar aos interessados em libertar-se daqueles que os oprimiram, que sucessos e como levaram à práxis e à inteligência coletiva ou semiótica, a acabar incorporadas em ambientes déspotas em seu causalismo.

Passando para um outro registro de ideias, são conhecidas as observações de Weber sobre o cuidado que se deve ter em criar “leis”⁶⁹. No entanto, quando coloca que “... *toda revolução (que surge) onde a situação dos revolucionários é pior ... mas ... onde ... (alcançaram) alguma consciência de si mesmo*”⁷⁰, arranca uma “lei” que não avança além do doxológico.

Também não são conhecidas as infinitas reservas que defendeu contra a linearidade, atribuída a Marx, a quem não se devia imitar esse “pecado” científico. No entanto, ao encarar as causas pelas quais a classe de indústria associada ao capitalismo “racional” da Europa, não se implantou na semiperiferia e no resto do mundo extra/europeu, argumenta que o motivo **último e determinante** foi que existiu na China e na Índia, trabalhadores servis e um tradicionalismo mágico⁷¹, com o qual tropeça com

⁶⁶ Idem, pp. 95/96.

⁶⁷ Idem, p. 14.

⁶⁸ Idem, p. 14, 275.

⁶⁹ WEBER, Max. Sobre a Teoria das Ciências Sociais. Buenos Aires: Planeta-De Agostini, 1994, pp. 40-41, 45.

⁷⁰ WEBER, Max. História Geral da Econômica. México: FCE, 1961, p. 91.

⁷¹ Idem, p. 147.

o mecanismo, causacionismo não amortecido, etc., que a outros desconsiderava, em particular, às ideias rivais.

Para que não haja dúvida a respeito de que a linearidade é estrutural em Weber (talvez seja por isso que tratara de evita-la, realizando complexos estudos), vamos citar mais quatro casos em que leva às “terras de Elsinor”, os lexemas associados ao Paradigma das certezas. No primeiro, encontramos que o “...*sistema fabril só podia surgir no Ocidente...*”⁷². Na segunda, apela à metáfora das “etapas evolutivas”⁷³, enquanto que na terceira, utiliza o tópico da “linha”⁷⁴. Conclui com um tecnologismo próprio do *Dia-Mat* codificado, nos instantes em que axiomatiza que sem o ferro não se sabe o que teria sido do capitalismo na Europa⁷⁵.

Outras das constantes limitações do “sociólogo” alemão é que não realiza a fundo uma desconstrução das fontes e toma por bom o propagado⁷⁶, o qual é para nós um “índice” da anemia da crítica. “Subdesenvolvimento” que é perceptível em que a “pureza” de uma suposta “subjatividade” científica, se livra de palavras mais “subjetivas” mas também mais precisas e reais – a “ocupação” das Américas pela Europa não foi simplesmente uma “aquisição”⁷⁷, senão uma invasão a fim etnocida.

Por último, erra ao classificar de pequenos capitalistas os artesãos, açougueiros, tecelões, etc⁷⁸. Segundo nossos estudos, e de acordo com a ideia se eles são comerciantes que unicamente possuem mercadorias que circulam e não capital/mercadoria (i), ou se são proprietários trabalhadores, trabalhadores proprietários ou “indivíduos” que podem acumular certo dinheiro para um “auto-seguro” contra as vicissitudes (ii), ou se empregam um determinado número de trabalhadores dos quais extrai mais-valia (iii), ou se consomem renda (iv), etc., teremos “setores independentes” (i e ii), “trabalhadores improdutivos” (iv) ou classes (iii). Os tempos das atividades, ocasionam que os mesmos agentes podem estar em várias categorias segundo a época do ano (um artesão que é membro dos “eslavos”, pode ser trabalhador improdutivo ou classe, de acordo com, se oferta seus serviços, ou com, se se emprega fornecendo mais-valia).

⁷² Idem, p. 149, (perseguido nos pertence).

⁷³ Idem, pp. 190, 250, 260.

⁷⁴ Idem, p. 257.

⁷⁵ Idem, p. 260.

⁷⁶ Idem, p. 92.

⁷⁷ Idem, p. 253.

⁷⁸ Idem, p. 276.

IV

Nos resta mostrar que o próprio Weber nos ajuda a mostrar as circunstâncias que coloca em crises as distinções obsessivas entre fatores e valores, mas que não se aprende de uma das lições que se infere a partir do rastreamento de tais exemplos. Dada a extensão do trabalho em curso, sequenciaremos os casos emblemáticos. Antes, expressaremos que o corpus a desconstruir é um daqueles de onde o “autor” assegura sua aposta com uma “sociologia da cultura”⁷⁹.

Em geral é factível sustentar que o mitoideólogo morto em 1920 levantou seus pontos de vista (que são, segundo o que foi arguido por Bourdieu⁸⁰, um “ponto de vista”), como se fazer “exclusivamente” ciência não fosse já algo político: precisamente, a política de não discutir política⁸¹.

Seu “criticismo técnico” se ocupa de “assessorar” sobre as ulterioridades não calculadas e sobre o acoplamento mais equilibrado entre meios e fins⁸². Mas em virtude de que tal criticismo se efetua no universo de uma comunidade dividida em classes, em um período histórico no qual pululam desiguais modos de domínio e no qual é distribuída a biosfera, a orientação meramente “técnica” dos “conselhos” teria que contar com uma análise libertária das formas de sociedade e economia. No entanto, exclui de maneira enfática essa dimensão emancipatória, o que faz com que a teoria seja indiferente sobre como se “administra” com setores e/ou indivíduos que pertencem a instituições mantenedoras do poder de classe, ou com grupos e/ou agentes que pertencem ao amplo conjunto de subordinados.

Neste campo de considerações, observamos um sério déficit na argumentação do sociólogo germânico, que consiste em negar, primeiro, que um criticismo avance além de um simples “assessoramento técnico” e em postular depois que, reconhecido o impacto dos valores em processos, a teoria pode representar uma crítica “global” que se “alarga” a partir deste “horizonte”⁸³. No entanto, em nenhum lugar apreciamos a demonstração gradual sobre como transitar de um nível ao outro. Inclusive, podemos

⁷⁹ WEBER, Max. Sobre a Teoria das Ciências Sociais. Buenos Aires: Planeta-De Agostini, 1994, p. 29.

⁸⁰ BOURDIEU, Pierre-Felix. Intelectuais, Poder e Política. Buenos Aires: EUDEBA, 1999, p. 126.

⁸¹ WEBER, Max. Sobre a Teoria das Ciências Sociais. Buenos Aires: Planeta-De Agostini, 1994, nota ao pé sem numerar em pp. 7-8, 19/20, 22-23.

⁸² Idem, pp. 10/11, 120-121.

⁸³ Idem, pp. 11, 14.

conseguir como produto uma crítica criticamente crítica, da crítica crítica, operação que vimos ridicularizada⁸⁴ em *A Ideologia Alemã*, ideologia diretamente continuada por Weber.

Já no espaço da discussão pela necessidade de separar normas e acontecimentos, o pensador glosado esquece que não se trata só de que as axiologias se travistam de facticidades senão de que o circunspecto polêmico em torno à urgência mencionada, se traduz ela mesma em um dispositivo para encobrir com bons ideais, os valores. A ideia de que todos os fenômenos sócio-econômicos dependam de uma luta por recursos desejados e escassos⁸⁵, deixa de lado que nas coletividades que existiram até o presente, a escassez foi estruturalmente gestada e que, antes de tomar por bom esse “dado”, deve explicar como e por que se criou “a insuficiência” nos recursos. Em *A Sagrada Família*, os jovens materialistas⁸⁶ apontaram com lucidez que se a terra era pouca, disso havia que deduzir não a propriedade privada senão, pelo contrário, a possibilidade de que o solo fosse comunitário. Que isso não ocorra é o que se deve pensar; por analogia, que os objetos de valor sejam escassos é o que teria que levar a um maior acesso ao seu desfrute. Em consequência, o que tem que explicar é porque não ocorre isto e sim que uns poucos acumulem o que é pouco.

Então, no princípio que se coloca em xeque aparece uma valorização como ponto de partida para um estudo supostamente “científico”, mas camuflado com habilidade ao extremo de não ser perceptível nem para o que o formula.

No entanto, no “locus” onde é claro o “reacionarismo” no qual se enreda este “teoricismo” da divisão meditada entre normas e fatos, é quando “aplicamos” tal perspectiva para relevar extermínios sistemáticos como os empreendidos pelos nazis e por golpes de Estado do tom dos que sofreram nossos países, com a permissão do Pentágono e associações afins. Estes horrores podem ser qualificados de “racional”, ao perseguir uma harmonia formal entre meios e fins. O desaparecimento planejado de civis é um “sucesso”, mas seu peso como algo “racional” o converte em um valor: Weber não é capaz de escapar deste triste paradoxo, senão aceitar a lição que não deseja

⁸⁴ MARX, Karl Heinrich & Friedrich Engels. *A Ideologia Alemã*. Barcelona: Grijalbo, 1984.

⁸⁵ WEBER, Max. *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*. Buenos Aires: Planeta-De Agostini, 1994, p. 24.

⁸⁶ MARX, Karl Heinrich & Friedrich Engels. *A Sagrada Família*. Barcelona: Crítica, 1978.

assimilar.

E é que, como ele adverte, nas ciências se mistura o ideológico em todos os lugares⁸⁷; contudo, isso não as torna menos científicas, uma vez que a demanda de que não aflore ideologia alguma é impossível de encontrar. O que um investigador tem que se atrever é uma autosociopsicoanálises na qual se publicam as tomadas de posições, os valores, as posições partidárias, as preferências por uma teoria em vez de outra, etc., como uma imprescindível honestidade intelectual que permita aos destinatários saber o que e o que não concordar com o que se argumenta. Verdade é que algo dele havia quando o mitoideólogo, que dirigiu os *Arquivos para as Ciências Sociais e a política social*, sugere que o analista tem a obrigação de remarcar os instantes em que escreve como científico e nos quais pensa em qualidade de homem “comum”⁸⁸.

No entanto, estraga sua visão ao não aceitar que uma ciência, tal qual o temos antecedido, não tem que cair na intransigência de depurar toda valoração para apenas aspirar a ser a ciência/discurso. Nele se encontra um positivismo, de acordo ao que julga Habermas, que não pode justificar porque motivos as ciências em geral e as ciências sociais em particular, deveriam ser “monitoradas” com a crítica das redes e jogos de poder⁸⁹ (no entanto é estranho ao nosso paladar que o epígono liberal da *Escola de Frankfurt*, também não sustenta uma aposta consequentemente rebelde não só por acusar continuamente a Marx, senão por rejeitar a temida revolução).

Edgardo Adrián Lopez

Doutor em Humanidades com Orientação em História pela Facultad de Humanidades de la Universidad Nacional de Salta (UNSa), Argentina. E-mail: edadrianlopez@gmail.com

⁸⁷ WEBER, Max. Sobre a Teoria das Ciências Sociais. Buenos Aires: Planeta-De Agostini, 1994, p. 12.

⁸⁸ Idem, p. 19.

⁸⁹ HABERMAS, Jürgen. Teoria e Praxis. Barcelona: Altaya, 1995, pp. 301-302, 312/313.

A última superação do Marxismo

Georg Lukács

É difícil que se passe um ano sem que Marx seja “superado” por algum solícito livre docente ou por algum filósofo da moda. A luta mortal que a sociedade burguesa deve realizar se desenvolve também no terreno ideológico. Estas superações mostram ao observador atento sempre o mesmo rosto. Mudam o teor da demonstração, os argumentos gnosiológicos ou metafísicos parecem novos, porém o caráter essencial, o ponto de partida e o ponto de chegada, são sempre os mesmos. Eles encontram sua origem na natureza pequeno-burguesa parasitária da situação de classe dos intelectuais. Como verdadeiros pequeno-burgueses, os intelectuais não estão em condições de ver de maneira correta a realidade da luta de classes, e portanto menos ainda estão em condições de valorá-la. Eles tendem, como disse Marx, para as instituições estabelecidas, tal como para “não abolir os dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas sim para atenuar suas contradições e levá-los a conviver em harmonia”. Dado que os intelectuais são seres parasitários dentro do Estado capitalista, este último se lhes apresenta com um absoluto, ou ainda como o Absoluto. Eles contrapõem à teoria marxista uma utopia que – despojada das frases mais ou menos sedutoras – repousa sobre a glorificação do Estado existente.

O último grande representante desta série é o filósofo da moda Oswald Spengler, cuja obra *A Decadência do Ocidente*, embora engenhosa, mas em seu conjunto diletantesca, obteve recentemente este êxito que na realidade devia ter ocorrido com a profunda obra de Ernst Bloch, *O Espírito da Utopia*. O novo livro do senhor Spengler, *Prussianismo e Socialismo*, quer libertar o socialismo alemão de Marx. Escapou a Marx, parece, o grande problema da história da filosofia na época moderna, que nosso filósofo resume assim: “três povos personificaram o socialismo em sentido geral: espanhóis, ingleses e prussianos. Em Paris e em Florença se desenvolveu o oposto anárquico ao outro dos italianos e franceses. Marx não estava por isso em condições de fazer os seguintes descobrimentos fundamentais: primeiro, que na revolução francesa

não houve luta de classes; que não existe burguesia francesa, no entanto, “porém, todo verdadeiro francês era e é hoje um burguês”; todo verdadeiro alemão é um operário”; na França não existem verdadeiras classes. O segundo descobrimento é que na Inglaterra não existe o Estado; que somente a Inglaterra conhece o capitalismo no sentido verdadeiro; que em consequência só na Inglaterra existe uma distinção de classes.

Assim, o superficial Marx, que distingui as classes segundo sua posição no processo de produção, foi aprofundado e superado; a divisão de classes deriva da distinta possessão de bens, é a contraposição entre rico e pobre. Ao pobre Marx, a quem escapou tudo isto, não podia, portanto, deixar de escapar também o fato de que o socialismo estava já realizado há muito tempo atrás, no reino da Prússia. Por este motivo, Marx não estava em condições de compreender o problema do Estado; disto segue seu elogio “diletantesco” da Comuna de 1871; e por isso mesmo não esteve em condições de apreciar o sistema dos conselhos (*Rätesystem*) que o Barão von Stein projetou anos antes.

O socialismo superficial é recuperado da seguinte maneira pelo socialismo filosoficamente aprofundado. Este socialismo é uma ordem de autoridade, “dito em linguagem técnica, é o princípio burocrático”. Assim, é natural que Marx não tenha visto nem sequer a socialização já existente “introduzida por Frederico Guilherme I e incessantemente desenvolvida até Bismarck”. Correspondendo a esta filosofia profunda, também o conceito de imperialismo é renovado: “a verdadeira internacional é o imperialismo”. Por isso, ambos os partidos, o conservador e o socialista, como representantes do socialismo aprofundado, pertencem ao mesmo grupo: “os conservadores eram melhores oficiais, os socialistas melhores soldados”.

A reconciliação destes irmãos-inimigos é o objetivo do socialismo redescoberto filosoficamente. Vale a pena a crítica de tais escritos? Considerados como sintomas, eles são interessantes. O fato de que a única citação do senhor Spengler seja do senhor Lensch, não apenas demonstra sua ignorância em matéria de marxismo, mas também aonde levam necessariamente a teoria e a práxis dos socialistas de direita. E o restante deste folheto não se distingue em nada de outras “superações” do marxismo arqui-conhecidas desde tempos de Dühring e companhia, já então na primeira fila da adoração do Estado prussiano. Somente é novo a comprovação de que tampouco a revolução conseguirá curar os alemães “de seu espírito servil, radicado na consciência nacional”, como disse Engels.

Nota:

1 - Artigo publicado pela primeira vez na Revista Kommunismos, num. 05, em 1920. Trata-se de um artigo de juventude de Lukács, na mesma época em que escreveu *História e Consciência de Classe*. Georg Lukács, pensador húngaro que teve grande influência da filosofia alemã e em seus primeiros escritos demonstra influência dos neokantianos e depois se aproxima do marxismo (a época deste texto) e depois assume posição leninista. Suas principais obras são *História e Consciência de Classe*; *Ontologia do Ser Social*; *Estética*.

Sistema de Exames e Burocracia

Nildo Viana

O sistema de exames é a forma encontrada pela educação escolar para realizar o processo de avaliação. Tido como necessário para muitos e como prejudicial para outros, ele recebeu poucos estudos sobre sua gênese e não recebeu uma abordagem baseada numa concepção histórica e sociológica mais abrangente. Iremos, no presente artigo, destacar alguns estudos que contribuem com a compreensão do sistema de exames, buscando responder qual é o motivo para sua existência.

O sociólogo Max Weber oferece uma contribuição importante para compreendermos a gênese e o significado do sistema de exames. Weber analisa os vários tipos de educação, derivado de sua tipologia da ação social e da dominação legítima (WEBER, 1971; VIANA, 2004a). Para Weber, existem três tipos de educação: a carismática, a tradicional e a burocrática. Ele considera que o tipo carismático e tradicional são as formas predominantes em sociedades pré-capitalistas. O tipo burocrático de educação é produto da sociedade moderna, de seu processo de racionalização, e, simultaneamente, de burocratização.

A burocratização da sociedade moderna provoca determinadas necessidades, entre elas a qualificação. As características da burocracia moderna, fundada na hierarquia, em documentos escritos, normas fixas, exigência de treinamento especializado e completo, regras gerais aprendidas através de ensino técnico especializado, fazem dela uma necessidade na sociedade moderna. Somente o fato de que a burocracia se fundamenta em documentos escritos nos fornece a percepção da necessidade da educação escolar. A organização burocrática exige o treinamento especializado e exames especiais, pois estes são pré-requisitos para o emprego (WEBER, 1971). A posição do funcionário na hierarquia depende dos diplomas educacionais. O diploma, por sua vez, na sociedade moderna, é fornecido pela escola.

A ascensão do processo de burocratização da sociedade moderna provoca a racionalização de todas as esferas da vida e isto surte efeitos no processo de treinamento e educação. O especialista vai se tornando cada vez mais importante e este processo se amplia e invade todas as instâncias da vida social. Isto atinge o processo educacional, a

pesquisa e até mesmo a ciência. Juntamente com este processo, cresce o controle institucional sobre as atividades de pesquisa e educação desenvolvidas. Há uma concentração e controle dos meios materiais de produção intelectual. Segundo Weber:

O desenvolvimento do diploma universitário, das escolas de comércio e engenharia, e o clamor universal pela criação dos certificados educacionais em todos os campos leva à formação de uma camada privilegiada nos escritórios e repartições. Esses certificados apoiam as pretensões de seus portadores, de intermatrimônios com famílias notáveis (...), as pretensões de serem admitidos em círculos que seguem ‘códigos de honra’, pretensões de remuneração ‘respeitável’ ao invés da remuneração pelo trabalho realizado, pretensões de progresso garantido e pensões na velhice, e, acima de tudo, pretensões de monopolizar cargos social e economicamente vantajosos (WEBER, 1971, p. 279).

A burocracia moderna, após seu desenvolvimento pleno, coloca em primeiro lugar o sistema de exames especiais, especializados. Assim, se produz uma generalização do sistema de exames, invadindo a sociedade e se expandindo pelo mundo inteiro. Instaura-se, assim, o “prestígio educacional dos títulos educacionais” através do sistema de exames e isto produz uma camada privilegiada, pois é através destes que se consegue os mais altos cargos.

Este caráter burocrático da sociedade moderna também foi observado por outros autores. Marx também relacionou sistema de exames e burocracia. Segundo Marx, “a burocracia é um círculo ao qual nada pode escapar. Esta hierarquia é uma hierarquia do saber” (MARX, 1978, p. 72). A burocracia estatal é caracterizada por esta hierarquia e ela constitui o sistema de exames. O exame nada mais é do que “o batismo burocrático do saber, o reconhecimento oficial da transubstanciação do saber profano em saber sagrado (é claro que em todos os exames o examinador sabe tudo)” (MARX, 1978, p. 79).

No entanto, coube a Foucault fazer uma análise mais completa e aprofundada do sistema de exames quando ele analisa o processo disciplinar que se realiza nas instituições, inclusive na escola. A disciplina busca, segundo Foucault, controlar as atividades, o tempo, minuciosamente, com riqueza de detalhes:

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva os seus processos de decomposição até às singularidades necessárias e suficientes.

“Adestra” as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais – pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício (FOUCAULT, 1983, p. 153).

O exame faz parte deste poder disciplinador. Foucault realiza uma análise deste processo de disciplinamento e do papel do sistema de exame neste processo. O exame, segundo Foucault:

É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. No coração dos processos de disciplina, ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam. A superposição das relações de poder e das de saber assume no exame todo o seu brilho visível (FOUCAULT, 1983, p. 164-165).

Este caráter repressivo e coercitivo (negativo e positivo) do sistema de exames, sem dúvida, exerce efeitos sobre os indivíduos submetidos a ele. Assim, a pedagogia do exame é uma forma de exercício do poder (LIMA, 1996). A gênese do sistema de exames se encontra, tal como coloca Weber, no processo de instituição da sociedade moderna, com a racionalização e burocratização crescente e com a necessidade da educação escolar derivada daí. A escola, a instituição responsável pela educação formal, surge durante o processo de transição para a sociedade capitalista:

No século XIII, os colégios eram asilos para estudantes pobres, fundados por doadores. Os bolsistas aí viviam em comunidades, segundo estatutos que se inspiravam em regras monásticas. Não se ensinava nos colégios. A partir do século XV, essas pequenas comunidades democráticas tornaram-se institutos de ensino, em que uma população numerosa (e não mais apenas os bolsistas da fundação, entre os quais figuravam alguns administradores e professores) foi submetida a uma hierarquia autoritária e passou a ser ensinada no local. Finalmente, todo o ensino das artes passou a ser ministrado nos colégios, que forneceriam o modelo das grandes instituições escolares do século XV ao XVIII, os colégios dos jesuítas, os colégios dos doutrinários e os colégios dos oratorianos: o colégio do Ancien Regime, mais distante dos primeiros colégios de bolsistas do século XIV do que de nossos colégios de hoje, diretamente anunciados por ele apesar de diferenças importantes, e, sobretudo, da ausência de internato. O estabelecimento definitivo de uma regra de disciplina completou a evolução que conduziu da escola medieval, simples sala de aula, ao colégio moderno, instituição complexa, não apenas de

Assim, o que este historiador apresenta é o processo de gênese da educação escolar moderna, o que marca a formação de uma nova instituição, a escola, organizada burocraticamente e voltada para o controle do saber e tendo no sistema de exames um dos elementos fundamentais deste processo.

No entanto, também é necessário entender as motivações da existência do sistema de exames. Segundo Marx, a educação escolar moderna existe para promover a formação especializada, o que já mostra em si uma limitação, pois promove um desenvolvimento unilateral. As razões disto se encontram no fato de que o objetivo da escola é preparar a força de trabalho para o capital e repassar as ideias e valores da classe dominante visando legitimar a sociedade capitalista. Juntamente com isto, temos a reprodução da desigualdade social via sistema escolar (VIANA, 2004b).

A ideia de que o sistema de exames promove um processo de reprodução das desigualdades, apontada por Marx, é desenvolvida por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1982). Segundo estes autores, o sistema de exames tem o papel de realizar um processo de seleção que realiza a reprodução da estratificação social e das desigualdades sociais (BOURDIEU e PASSERON, 1982; SANTOS, 2002; VIANA, 2002). Através da violência simbólica, via os mecanismos de atividade pedagógica, se realiza a reprodução das desigualdades. Os exames fazem parte destes mecanismos pedagógicos de violência simbólica. Sendo assim, o sistema de exames faz parte tanto da violência disciplinar quanto da violência cultural, pois ao mesmo tempo disciplina o aluno e lhe impõe valores e concepções (VIANA, 2002).

A necessidade do sistema de exames está na busca do controle do saber e este, por sua vez, se realiza devido ao papel da escola que é de buscar reproduzir as relações de produção capitalistas (TRAGTENBERG, 1990).

Assim, o sistema de exames é um elemento componente da engrenagem da organização burocrática escolar e acaba sendo supervalorizado. O processo de desenvolvimento da consciência não é o objetivo da pedagogia burocrática e sim o êxito, que, por sua vez, garante o controle do saber:

O exame, mais que o programa, define a pedagogia do docente. O objetivo que a pedagogia burocrática lhe propõe não é o enriquecimento intelectual do aluno, mas seu êxito no sistema de exames (TRAGTENBERG, 1990, p. 37).

O controle é o objetivo fundamental:

O controle do alunado se dá através do sistema de provas e exames, onde é medida a conformidade do aluno aos ditames do Mestre, muito mais do que sua produção e criatividade. A escola funciona, nesse sentido, mais como elemento de domesticação do que como elemento de libertação e autoafirmação. A burocracia universitária e ministerial oprime o mestre. Ele, por sua vez, tende a reproduzir esta opressão sobre o aluno: é a dialética do senhor e do escravo de Hegel. O senhor oprime o escravo e ao mesmo tempo é escravizado pela máquina que ajudou a construir (TRAGTENBERG, 1990, p. 148).

Assim, esta compreensão do sistema de exames nos permite perceber a relação indissolúvel entre ele e a burocracia. O sistema de exames é um dos mecanismos mais poderosos de controle do saber produzido pela burocracia.

Referências Bibliográficas

ÁRIES, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. *A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves: 1982.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir. História da Violência nas Prisões*. 2ª edição,

LIMA, A. O. *Avaliação Escolar: Julgamento X Construção*. 4ª edição, Petrópolis, Vozes, 1994.

MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. Lisboa, Presença, 1978.

SANTOS, Cleito Pereira dos. *Educação, Estrutura e Desigualdades Sociais*. In: VIANA, Nildo e VIEIRA, Renato (orgs.). *Educação, Cultura e Sociedade*. Goiânia, Edições Germinal, 2002.

TRAGTENBERG, Maurício. *Sobre Educação, Política e Sindicalismo*. Vol. 1, 2ª edição, São Paulo, Cortez, 1990.

VIANA, Nildo. “Marx e a Educação”. *Estudos – Revista da Universidade Católica de Goiás*. Vol. 31, nº 03, março de 2004b.

VIANA, Nildo. “Weber: Tipos de Educação e Educação Burocrática”. *Guanicuns*. Revista da Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns. Vol. 01, nº 01, Novembro de 2004a.

VIANA, Nildo. *Violência e Escola*. in: VIANA, Nildo e VIEIRA, Renato (orgs.). *Educação, Cultura e Sociedade*. Goiânia, Edições Germinal, 2002.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

Nildo Viana

Nildo Viana é Professor da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás; Doutor em Sociologia/UnB, autor de diversos livros, entre os quais *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral* (São Paulo, Ideias e Letras, 2009) e *Manifesto Autogestionário* (Rio de Janeiro, Achiamé, 2008). E-mail: nildoviana@ymail.com

Sociologia no Ensino Médio em Goiânia

Vanessa Alexandre de Souza

A trajetória histórica da inserção da sociologia no ensino médio é caracterizada pela intermitência. Após um longo percurso a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE) aprovou, em agosto de 2006, a Resolução nº 4, instituindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio que determina, entre outras questões, a inclusão da disciplina *Sociologia* nas escolas que adotarem, plena ou parcialmente, uma organização curricular estruturada por disciplinas.

O ponto de partida para a reinserção da sociologia no Ensino Médio se encontra presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Brasil, 1986) e, por extensão, nas Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – OCNs, direcionadas para as Ciências Humanas e suas tecnologias (MEC, 2006), cujos pressupostos dão configuração à disciplina. Essa reconfiguração leva a uma reflexão sobre o sentido que a sociologia adquire na matriz curricular, observando que a mesma se encontra em um campo de disputa com outras disciplinas, tanto da área de ciências humanas quanto das demais áreas, permitindo constatar que fatores internos e externos constroem sua reinserção e é exatamente em resposta a eles que reside o aspecto positivo capaz de levá-la a se constituir em espaço privilegiado de formação no ensino médio (Freitas, 2007a).

As Orientações Curriculares Nacionais (OCNs) propõem como norte do ensino de sociologia o — estranhamento e a desnaturalização. O que consiste em levar o aluno a pensar em questões nunca antes analisadas e superar o senso comum, refletindo sobre as questões do cotidiano. Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs), como os Planos de Ensino, devem estar de acordo com essas orientações.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), quando se aborda a temática do trabalho, deve-se enfatizar a organização do trabalho, os modos de produção ao longo da história e do trabalho no Brasil, o trabalho com um dos conceitos fundamentais do conhecimento sociológico, o trabalho e as desigualdades sociais, o trabalho e o lazer, o trabalho e a mobilidade social, mercado de trabalho, emprego, desemprego, profissionalização e ascensão social.

A relação do trabalho com a educação é recorrente na trajetória da educação básica. Nos anos 1970 a Lei 5.692/71 definiu que o ensino teria a qualificação para o

trabalho como uma de suas prioridades. Já no início dos anos 1980, conforme a lei 7.044/82, a proposta era de novas iniciativas no campo do Ensino Médio, a — qualificação para o trabalho foi substituída pela — preparação para o trabalho.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDBEN), deve-se vincular a educação à realidade do trabalho, ao término do Ensino Médio os alunos devem ingressar no mundo do trabalho. Os planos de ensino de sociologia no Ensino Médio, analisados até o momento apresentam consonância com a proposta da LDBEN, abordando de forma direta e indireta a questão do trabalho.

Como as oportunidades docentes para os licenciados em ciências sociais são restritas, o ensino de sociologia no ensino médio pode abrir um novo campo de trabalho para os cientistas sociais. No caso brasileiro, a implantação da sociologia no ensino médio seria um estímulo para o progresso das pesquisas sociológicas e uma possibilidade de atividade profissional para os cientistas sociais (FERANDES, 1977). É uma forma também de divulgar os conhecimentos sociológicos e contribuir com a educação dos jovens no mundo moderno.

Existem conceitos sociológicos que são pertinentes em todas as sociedades modernas, afetadas pela expansão do capitalismo. O retorno da Sociologia ao Ensino médio cria mais um campo de atuação para o cientista social, criando mais uma atividade de investigação para a sociologia na perspectiva de educação voltada para o exercício da cidadania. Por isso é importante questionar e refletir sobre o campo de atuação do sociólogo e das ciências sociais na sociedade atual.

A sociologia pode contribuir na formação de consciência política, cidadania, espírito crítico, etc. Os jovens devem ser preparados no ensino médio para serem capazes de uma análise objetiva da realidade social, participação na vida social e posicionamento diante dos fenômenos sociais, estimulando a crítica. A construção dessas capacidades pode ser desenvolvida com o ensino de ciências sociais.

Não existe uma proposta homogênea quanto ao conteúdo programático a ser ministrado (MEC, 2006). Assim, a definição do conteúdo programático e dos procedimentos didático-metodológicos é um campo aberto a ser enfrentado pelos professores de sociologia. Trata-se de uma oportunidade singular que é concedida aos mesmos, permitindo-lhes pensar a disciplina, elaborar o conteúdo e definir os procedimentos didático-metodológicos.

No caso específico do Estado de Goiás, a reinserção da Sociologia já ocorre

antecipadamente, por força normativa, através da Resolução nº 291, de 16 de dezembro de 2005, do Conselho Estadual de Educação (CEE-GO). Entretanto, o desencadeamento das ações visando ao cumprimento da legislação por parte da Secretaria de Estado da Educação (SEE-GO), ainda não se efetivou plenamente, o que tem exigido novas mobilizações para que se garanta o cumprimento da resolução.

Com a implantação da disciplina, surge o desafio de estruturá-la de forma a proporcionar um conhecimento adequado aos estudantes. Esta tarefa pode ser realizada com a qualificação dos professores, procedimentos didáticos e metodológicos, carga horária, habilitação, elementos importantes para a solidificação da Sociologia e para que não seja apenas mais uma disciplina na vida escolar dos estudantes do Ensino Médio. A Sociologia deve se firmar como um instrumento importante para a formação social e cultural no Ensino Médio.

A sociologia no ensino médio pode cumprir um papel renovador, abandonando as práticas educativas obsoletas e modificando as características do sistema educacional. A educação pode ser pensada de uma perspectiva sociológica, com uma parceria entre educadores e cientistas sociais (FERNANDES, 1985). Florestan Fernandes sugere a associação entre educadores e cientistas sociais, elaborando projetos que levem à descoberta de meios adequados de intervenção racional na estrutura e no funcionamento do sistema educacional brasileiro. Caberia aos cientistas sociais estabelecer como as discontinuidades e inconsistências nas relações do sistema educacional com a organização do sistema social de inclusão repercutem na vida social e estabelecer a consciência social na sociedade brasileira contemporânea.

Para BOURDIEU (1998), o sistema escolar é um dos fatores mais eficazes de conservação social, legitima as desigualdades sociais e apresenta a herança cultural e o dom social como dom natural. O sistema escolar realiza uma seleção direta ou indireta, no acesso ao ensino superior de acordo com as classes sociais, através de mecanismos objetivos que determinam essa seleção. Bourdieu examina a responsabilidade da escola na perpetuação das desigualdades sociais. A igualdade formal do sistema escolar é injusta, ela protege melhor os privilégios do que a transmissão aberta dos privilégios.

Tratando os educandos como iguais, por mais desiguais que eles sejam, o sistema escolar mantém as desigualdades iniciais diante da cultura. A igualdade formal da prática pedagógica serve como máscara e justificação para a indiferença. A melhor maneira de provar em que medida a realidade de uma sociedade democrática está de

acordo com seus ideais consiste em medir as chances de acesso às instituições de ascensão social concedidas aos indivíduos das diferentes classes sociais. Em nossa ordem social as classes favorecidas monopolizam a utilização da instituição escolar.

A análise de Bourdieu é pertinente para o caso brasileiro. Segundo FERNANDES (1985), o ensino médio no sistema educacional brasileiro está vinculado aos interesses e concepções das camadas conservadoras, poderosas e influentes. A implantação da sociologia no ensino médio não pode se conciliar com esta característica, as ciências sociais podem cumprir um papel inovador, abandonando os métodos educativos arcaicos e contribuir para a preparação das novas gerações para tratar os problemas econômicos, políticos, administrativos e sociais do país. Eis, de acordo com Florestan Fernandes, em que consiste a atividade do sociólogo, a sua auto-imagem e a sua função social. A questão central é como colocar a teoria sociológica em prática para formar cidadãos críticos.

Uma vez que a sociologia e as ciências sociais não são disciplinas do núcleo comum “a sociologia continua instável, e com dificuldades de se firmar como disciplina escolar. Isso interfere na formação de professores, uma vez que o espaço de trabalho como professor de sociologia não está consolidado” (SILVA, 2007). Uma das evidências desta situação é o grande número de professores ministrando a disciplina de sociologia que não são formados em ciências sociais, mas em áreas afins (pedagogia, história, geografia, filosofia, etc.).

Uma das questões práticas centrais sobre a implantação da sociologia no ensino médio é qual deveria ser o seu conteúdo ideal? O material didático disponível para a disciplina também é objeto de estudo, chegando-se a conclusão de que os livros didáticos adotados cumprem uma função importante para o estabelecimento da disciplina, mas ainda estão longe do ideal. O material didático “deixa lacunas em termos de operacionalidade pedagógica” (SILVA, 2007). Até o momento não existe um livro didático definitivo nem definido para ser usado no ensino de sociologia. Há várias tentativas de elaboração de livros, mas não surgiu ainda uma proposta completa.

Algumas universidades vêm implantando a sociologia nas provas de vestibulares. Este fato ainda não foi devidamente estudado, como a questão dos livros didáticos. A disciplina aparece nos vestibulares na forma de temas e interpretação da realidade. Essa abordagem gera um problema de generalização da identidade disciplinar, o aluno não é incentivado a se aprofundar nos fundamentos e conceitos

sociológicos. A organização do currículo de forma disciplinar pode cair na transmissão de conhecimentos sem significado para os jovens. Equilibrar estes dois extremos, o ensino da sociologia através de temas e o ensino através apenas das teorias, é o um dos maiores desafios na afirmação da sociologia como disciplina.

Há um dilema entre ministrar a disciplina por temas ou por teorização. Deve-se buscar um equilíbrio entre estes dois extremos na aplicação prática do ensino de sociologia. Alguns estudos já constataram uma grande preocupação dos alunos do ensino médio com o mercado de trabalho, interesse em entender os problemas sociais e intervir na realidade. Mas ao mesmo tempo, nas aulas com temática sobre o trabalho, os alunos demonstravam desinteresse (CUNHA, 2009). Como se estabelece essa relação da teoria sociológica com a prática em sala de aula do professor de sociologia. Como conciliar os conceitos teóricos e abstratos com o cotidiano dos jovens alunos.

Com os estudos sobre a implantação da sociologia no ensino médio surgem muitas questões. Qual seriam os conteúdos fundamentais para serem ministrados na disciplina de sociologia e qual a melhor forma de trabalhar com estes conteúdos para realizar os objetivos propostos na LDB. E também a forma de trabalhar os conceitos sociológicos se aproximando da realidade dos alunos sem cair no senso comum.

A partir da elaboração das OCNs, definiram-se novas propostas para o currículo e para o ensino de sociologia. A proposta é que a sociologia seja compreendida com uma disciplina comum do currículo e que seu conteúdo e metodologia estejam de acordo com as necessidades do ensino médio, dos jovens e da escola. A sociologia deve atender aos propósitos de formação dos adolescentes, jovens e adultos que estarão no ensino médio. Para manter a sociologia de forma estável no ensino médio é preciso que se realize todo um processo de modificação do ensino, incluindo o currículo, o modelo de ensino e o financiamento público. A implantação da sociologia pode fazer parte de um projeto de remodelação do ensino, como o estabelecimento do currículo científico e quebra da divisão tradicional na educação brasileira entre formação para o trabalho e formação geral.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura*. IN: NOGUEIRA, Maria Alice, CATANI, Afrânio (org.). *Escritos de educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BRASIL - Ministério da Educação (MEC)/Conselho Nacional de Educação (CNE). *Diretrizes Curriculares Nacionais*. Brasília. CEB/CNE, 1998.

BRASIL - Ministério da Educação (MEC). *Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino Médio. Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL - Ministério da Educação (MEC). *Orientações Curriculares Nacionais. Ciências Humanas e suas tecnologias*. Brasília: MEC/SEB, 2006. v. 3.

CUNHA, Patrícia Pereira. *O ensino de sociologia: uma experiência na sala de aula*. Dissertação de mestrado. Fortaleza, CE, Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, 2009.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Quadragesimo ano do parecer CFE nº 977/65*. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 30, dez. 2005 .

FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1977.

_____. *O dilema educacional brasileiro*. IN: PEREIRA, Luiz, FORACHI, Marialice. *Educação e sociedade*. São Paulo: Ed. Nacional, 1985. p.414 – 441.

FREITAS, Revalino Antonio de. A licenciatura em ciências sociais diante da reinserção da sociologia no ensino médio. Caxambu MG, 31°. *Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais*, 22-26 out. 2007a. Mimeo.

SILVA, Ileizi Fiorelli. *A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina*. *Cronos*, Natal-RN, v. 8, n. 2, p. 403-427, jul./dez. 2007.

Vanessa Alexandre de Souza

Estudante de graduação do curso de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais/Universidade Federal de Goiás. E-mail: vanessa.csociais@gmail.com.

A situação das trabalhadoras na China: do despotismo fabril à exploração da força de trabalho.

José de Lima Soares

CAHNG, Leslie T. *As garotas da fábrica – da aldeia à cidade, numa China em transformação*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010. 373 p.

A autora foi correspondente do *The Wall Street Journal* em Pequim durante dez anos. Filha de imigrantes é graduada pela Universidade de Harvard em História e Literatura Americana. Trabalhou como jornalista na República Tcheca, em Hong Kong e em Taiwan.

Leslie Chang faz um relato da realidade chinesa a partir da história de vida de duas jovens migrantes que buscavam ascensão social trabalhando nas linhas de montagem das fábricas de Dongguan. Procurou demonstrar que o crescimento econômico e o desenvolvimento do progresso técnico não correspondem à melhoria das condições de vida da classe trabalhadora. Leslie Chang não é uma militante de esquerda, nem socialista, mas consegue trazer à tona as contradições do sistema vigente em uma sociedade complexa, marcada por profundas desigualdades sociais. Não é preocupação da autora fazer uma pesquisa rigorosamente científica; seu trabalho constitui-se em um *Best-seller* que tem o mérito de trazer para o ocidente informações de há muito desconhecidas e ignoradas.

Desde a revolução de 1949 e a constituição da China em República Popular, passando pela chamada Revolução Cultural, sob a batuta de Mao Tsé-Tung e do Partido Comunista Chinês, até nossos dias, a classe trabalhadora nunca conseguiu construir uma sociedade fraterna, igualitária e socialista e muito menos comunista, como sugerem a imprensa capitalista ocidental e a burocracia parasitária encastelada no poder. Os atributos de uma sociedade comunista – tomando-se como ponto de partida a concepção marxiana – estaria bem distante dos horizontes da sociedade chinesa. Para Marx, o comunismo seria mais do que uma mera forma político-estatal em que colocaria a humanidade em um patamar da história onde não haveria lugar para a exploração do homem pelo homem e que culminaria na passagem do “reino da necessidade para o reino da liberdade”; a sociedade dos “produtores livres”. Esse fenômeno, nem de longe,

ocorre na China de nossos dias. O problema é que o marxismo vulgar protagonizado pela social-democracia e pelo estalinismo passaram a designar como socialista ou até inadequadamente de comunista qualquer sociedade em que ocorre um processo de socialização dos meios de produção. A história tem demonstrado sobremaneira a partir das experiências tanto da ex-URSS, bem como do leste europeu, Cuba e a própria China, que tudo isso se torna insuficiente; não basta expropriar os expropriadores e nem abolir a propriedade privada dos meios de produção para se chegar a uma sociedade dos “produtores livres e associados”. A questão é bem mais complexa, como tem demonstrado Istvan Mészáros em sua obra *Para além do Capital* (2002). Ricardo Antunes (1997), na linha de Mészáros, tece algumas considerações:

A herança (só parcialmente modificada) da divisão social do trabalho, o atraso de suas bases técnicas e sociais, bem como a vigência do reino da escassez, fizeram com que aqueles países fossem incapazes de romper a lógica mundial do sistema produtor de mercadorias (ANTUNES, 1997, p. 165).

Com isso, o que se observou foi uma subordinação, cada vez maior, ao que Mészáros chama de *sistema metabólico de controle social do capital*. O capital enquanto sistema de comando e orientado para a acumulação. Esse tipo de situação se refletiu no antigo sistema soviético onde a acumulação fora politicamente imposta pela burocracia estatal. Esse sistema entrou em colapso e ruiu como um castelo de cartas.

Quem, nos dias atuais, não tem observado em uma mercadoria comprada em tantas feiras e lojas do país a expressão *Made in China*? A China se tornou uma das maiores potências econômicas, e muitos livros e artigos nos últimos anos tem como alvo o surgimento deste avanço industrial do país asiático. Uma força de trabalho abundante e barata, jornadas de trabalho antediluvianas, precarização do trabalho são alguns dos elementos constitutivos da sociedade chinesa. Entretanto há algo que nós, ocidentais, não conhecemos, o que ocorre por trás desse gigantesco crescimento. Faz uma abordagem diferente, que investiga a vida profissional e pessoal das jovens operárias das fábricas que sustentam o crescimento econômico chinês.

Desde os anos de 1970, a China vem testemunhando a maior migração na história humana, segundo Chang três vezes mais do que a América recebeu da Europa ao longo do século passado. Atualmente existem entre 130 e 200 milhões de trabalhadores migrantes na China. Algumas décadas antes, uma aldeã só poderia imaginar viver e morrer no mesmo lugar que sua família vem cultivando durante gerações. Mas o crescimento econômico do país permitiu que qualquer jovem,

independente do sexo, se aventure longe da previsibilidade sufocante da vida camponesa e experimente a oportunidade e o risco das fábricas nas cidades. Com uma expressão simples definindo suas vidas: *chuqu*, ir embora. “Eu não tinha o que fazer em casa, e então fui embora. É assim que começa a história de um migrante” (p. 18).

Escrito por uma descendente de imigrantes chineses, o que confere ao livro a sensibilidade necessária para que se demonstre como a mudança da população rural para as grandes cidades marca o destino de famílias inteiras, e transformou a sociedade chinesa. Neste livro, Chang, ex-correspondente do *The Wall Street Journal*, relata a prosperidade que Dongguan conseguiu. A cidade, na província de Guangdong, é conhecida pelas suas gigantescas fábricas – com até cinema, hospital e Corpo de Bombeiros próprios – que produzem um terço de todos os sapatos do planeta, além de roupas de todos os tipos e trinta por cento de CD-Roms do mundo. São mais de 70.000 funcionários, a grande maioria mulheres. Seu foco é retratar essa realidade por meio da trajetória de duas jovens que buscavam ascensão social nas linhas de montagem das fábricas.

Para a autora, Dongguan é uma expressão perversa da China em seu extremo, poluída, caótica e corrupta, cujos moradores se acotovelam, sujeitos de suas próprias vitórias e tragédias, entre a ambição e a indiferença de vencerem. Com uma jornada de trabalho média superior a 49 horas semanais, podendo ser prorrogada, o salário dos recém-chegados podem duplicar ou até mesmo triplicar. Outro ponto abordado é a busca por melhores empregos, uma atividade constante, que acaba se tornando uma forma de reinvenção de si mesmo. Além da falta de qualificação – que pela ética local não era fator impeditivo para se assumir determinado cargo –, as trabalhadoras sempre se iam, abreviando as poucas amizades cultivadas. Elas só podiam contar consigo mesmas.

Para a autora, *As garotas da Fábrica* parecem viver em um “presente perpétuo”. Elas abandonam a base confucionista da cultura tradicional chinesa para uma vida improvisada na qual o tradicionalismo e a lealdade filial foram substituídos por uma rápida ascensão social, um individualismo sem precedentes e uma perseguição obsessiva de um futuro mais próspero.

Resultado de três anos de investigação sobre as relações profissionais e interpessoais das operárias chinesas, um retrato social e humano de alcance global. Por meio da trajetória de duas jovens, Lu Qingmin e Wu Chunming, expõe o universo desses migrantes: dos momentos que chegam à cidade, a entrada nas fábricas, os bares

de caraoquê que funcionam como fachadas para a prostituição, a solidão e o isolamento. O mérito do trabalho de Chang é a intimidade com que apresenta a vida destas duas mulheres, um retrato excepcionalmente sagaz, nítido e sensível dos dramas do cotidiano, e dos temores e aspirações, de pessoas reais que estão alimentando a explosão econômica da China contemporânea.

Os ritmos de trabalho das empresas são extenuantes, excedendo muitas vezes 12 a 16 horas. O crescimento chinês se baseia nos baixos custos de uma mão de obra superexplorada. Os baixos salários e a falta de regulamentação trabalhista são os grandes atrativos das empresas multinacionais. Se em 1983, os salários representavam 56,3% do PIB, em 2005 esse índice baixou para 36,7% (Observatório da Política Chinesa). No entanto, devido à crise econômica, os salários foram corroídos pela inflação. A inflação já registra 3,1%, segundo o Bureau Nacional de Estatísticas. Mas analistas prevêem que ela vai ultrapassar os 4%. A “oficina do mundo” depende fortemente da importação de alimentos, o que tem provocado um aumento do custo de vida.

Os sindicatos são controlados pelo governo, ou seja, sempre estão ao lado da patronal, por isso qualquer luta que pretenda obter algum tipo de conquista é realizada de forma independente. Nem mesmo uma tímida lei de contratação trabalhista aprovada em 2007 é respeitada. Na ausência de fiscalização, nenhuma empresa a cumpre. A onda de suicídios na empresa de informática Foxconn instalada na China mostrou todo o drama das condições de vida dos operários. A empresa, que fornece produtos as multinacionais como Dell, HP, Nintendo, Apple, entre outras, registrou pelo menos 11 suicídios de funcionários devido às terríveis condições de trabalho. Os trabalhadores da Foxconn dormem em edifícios fornecidos pela empresa e cumprem jornadas de até 70 horas semanais. Como senão bastasse, a Foxconn paga 900 yuans (US\$ 132) como salário base para um trabalhador da linha de montagem. Os trabalhadores da empresa, porém, se mobilizaram contra a falta de condições de trabalho, e conseguiram arrancar um aumento de 33% dos salários.

As condições de trabalho se assemelham àquelas apresentadas por Engels em sua obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de 1844/45. As fábricas são ao mesmo tempo local de trabalho e dormitório. A autora cita o fato de as jovens dormirem amontoadas em um pequeno quarto em condições precárias:

Dormiam doze garotas em um quarto, e naquele ambiente clastofóbico do dormitório era melhor guardar segredo. Algumas entravam para a

fábrica com carteiras de identidade emprestadas e nunca diziam a ninguém os verdadeiros nomes. Outras só conversavam com colegas de sua província de origem, mas isso tinha lá seus riscos: o disse me disse percorria célere o caminho da fábrica até a aldeia, e quando elas voltavam para casa, as tias e as avós sabiam quanto tinham ganhado, quanto tinham economizado e se saíam com os rapazes [...] As garotas estavam sempre falando em ir embora. As operárias tinham obrigação de permanecer durante seis meses, e mesmo assim nem sempre eram autorizadas a partir. A fábrica retinha os dois primeiros salários; ir embora sem autorização significava perder esse dinheiro e começar do zero em outro lugar. Ali estava um fato dessa vida na fábrica que as pessoas de fora não sabiam: entrar para uma fábrica era fácil; o difícil era sair (p. 12).

Leslie Chang divide o livro em duas partes: A cidade e a Aldeia. A primeira parte relata a vida de várias meninas que deixaram os campos, onde viviam com seus pais e irmãos, para tentar conseguir um emprego nas fábricas da cidade. Muitas têm menos de 18 anos, usam carteiras de identidade falsas, se submetem a jornadas de trabalho extensas, uma folga ao mês, salário baixo (de 50 a 100 dólares por mês), péssimas condições de moradia (em um galpão dormem 12 pessoas) e só podem contar com elas mesmas.

A autora cita o caso da empresa Carrin Eletronics, fabricante de despertadores, calculadoras e calendários eletrônicos, onde as operárias trabalhavam em condições precárias e dormiam em camas amontoadas perto de um vaso sanitário; os quartos eram sujos e cheiravam mal. A comida da cantina também era ruim: uma refeição consistia em arroz, um prato de carne ou legumes, e a sopa era aguada” (p.13). O prolongamento da jornada de trabalho se estende por 13 a 14 horas:

O dia na linha de montagem se estendia das oito da manhã até a meia-noite – treze horas de trabalho, mais dois intervalos para refeições -, e as operárias trabalhavam diariamente, semanas a fio. Às vezes, na tarde de sábado, não tinham de fazer hora extra, e era sua única folga. Ganhavam 400 iuanes por mês – o equivalente a 50 dólares – e quase o dobro disso com as horas extras, mas muitas vezes o pagamento atrasava (p. 13).

Além dos baixos salários, elas são obrigadas a agüentarem os chefes mal humorados, postos de trabalhos não adequados, dormitórios sujos e mal cheirosos, descontos/multas por coisas simples como um atraso, receber visita no dormitório, falta por motivo de doença, argumentar com o chefe. Além da jornada extenuante, quem se acidenta, adocece ou engravida tem que se virar sozinho. Os governos locais oferecem poucos incentivos para protegerem os trabalhadores; sua função é agradar os

empresários, o que contribuirá para aumentar os investimentos e a arrecadação. Mas sofrer em silêncio não é exatamente o que os trabalhadores migrantes desejam. Os migrantes, hoje, já são mais de 130 milhões [mas há pesquisas que indicam de 200 a 300 milhões], restaurantes, canteiros de obras, serviços de entrega, limpeza doméstica, creches, elevadores, coleta de lixo, barbeiros, bordéis. Nas grandes cidades como Pequim, Xangai, os migrantes atingem um quarto da população; no sul da China, nas cidades industriais, são eles que mantêm em funcionamento as linhas de montagens (p. 19). A própria burocracia governamental passou a considerar a migração um aspecto essencial para o desenvolvimento do país. O fluxo migratório é tão forte que está deixando as aldeias sem jovens. O dinheiro enviado para casa pelos migrantes para seus familiares já é a maior fonte de acumulação de riqueza no interior da China.

Na segunda parte do livro, Chang trata da propriedade comunal da terra, que ainda não foi privatizada, mas o capital vem penetrando rapidamente, ocupando os espaços geográficos, se apropriando de vastas extensões de terra, construindo prédios, instalando fábricas por todo país. A autora resume, assim, a atual situação do campo:

Hoje, a agricultura não traz muitas vantagens econômicas; as áreas de cultivo das famílias, em média com pouco menos de quarenta acres, são por demais pequenas para dar lucro. Em, toda a China, no entanto, o cultivo familiar subsiste, pois é o que as pessoas sempre fizeram. A terra é menos uma fonte de renda que uma apólice de seguro: a garantia de que a pessoa poderá sobreviver e não passará fome. A permanência desse vínculo com uma propriedade agrícola familiar tem contribuído para estabilizar a China numa época de migrações em massa (p. 244).

Isso parece ser bastante positivo, pois sugere que, ainda assim, as grandes cidades não geraram as favelas gigantescas do mundo desenvolvido, já que o migrante que não consegue recomeçar a vida na cidade pode sempre retornar para a aldeia e encontrar alguém lá. Na aldeia chinesa, tradição e modernidade se entrelaçam; enquanto isso, as relações pessoais e interpessoais, os dramas familiares, as “questões do modo de vida” seguem existindo em uma sociedade marcadamente complexa e contraditória.

De acordo com Chang essas garotas buscam ascensão social e profissional, mas muitas vezes esbarram na falta de preparo técnico. Por virem de famílias agricultoras humildes, muitas têm escasso conhecimento, mal sabem escrever, tem baixa autoestima e por isso não acreditam que são capazes de aprender alguma coisa. As que conseguem superar essa barreira conseguem emprego melhor e melhor condição de moradia. A restauração capitalista tem significado a destruição das conquistas sociais obtidas

com a revolução e faz com que os trabalhadores voltem à situação de semi-escravidão da qual conseguiram se liberar em 1949. Novamente, os trabalhadores precisarão levantar a cabeça. Não significa que a burocracia tenha conseguido todos seus intentos. Mas há uma ofensiva por parte do patronato e do estado em destruir essas conquistas históricas dos trabalhadores. Por isso mesmo, tem havido mobilizações, luta, resistência, conflitos e greves. E não há livre organização para os trabalhadores e nem livre manifestação de pensamento. Daí decorre o grande número de dissidentes e intelectuais e militantes presos e perseguidos pela burocracia estatal.

O socialismo – que na concepção marxiana – seria uma sociedade igualitária, sem classes - só poderia ser construída através de uma economia planificada em nível internacional. Nesse sentido, a teoria do socialismo em um só país, bem como a concepção social-reformista não conseguiram avançar em direção a uma nova sociabilidade para “além do capital”. A própria emancipação da mulher exigiria a substituição da opressiva família patriarcal - onde o trabalho doméstico não seja mais um fardo pesado - por uma nova ordem social em que as crianças sejam protegidas e bem educadas. A maioria das mulheres chinesas continua presa a instituição familiar, onde as trabalhadoras estão sujeitas a dupla jornada: o trabalho doméstico e o trabalho fabril.

Dada a complexidade da realidade social chinesa, torna-se importante uma análise mais profunda da formação da classe trabalhadora nos marcos de uma sociedade em que são os próprios trabalhadores que estão produzindo as riquezas, que estão edificando a China como “fábrica do mundo”, mas é quem mais se sacrifica e não se apropria dos benefícios. Hoje a questão deve ser repensada claramente a partir do fenômeno da sociedade de classes. Paradoxalmente, em um país “socialista” que deveria livrar-se das relações de produção capitalistas, tem permitido que a divisão de classe penetre profundamente nas relações sociais. Ou seja, ironicamente, na “pátria do socialismo” ainda é possível verificar uma exploração capitalista brutal e profundas desigualdades sociais. Caberia aqui a metáfora do “ornitorrinco” cunhada pelo conceituado sociólogo Francisco de Oliveira, para designar uma sociedade marcada pelo hibridismo de suas relações sociais de produção. Onde o atraso secular e o primitivismo dessas relações sociais combinam-se com a última palavra da técnica moderna. Uma sociedade onde coexistem prolongadas jornadas de trabalho que se assemelham ao processo de acumulação primitiva, regime de exploração e precarização do trabalho, desigualdades sociais, baixos salários e a concentração de riqueza por parte

das grandes empresas transnacionais. Tudo isso integra uma política deliberada do Partido Comunista Chinês (PCCh) e da burocracia que controla o poder.

Sem dúvida, o trabalho de Leslie Chang traz importantes informações, sobretudo quando se trata de um tema e de uma realidade pouco conhecidos no ocidente. Nesse sentido, o livro cumpre um papel muito importante, que é de trazer a lume o processo de globalização e de mundialização do capital que tem penetrado tão profundamente na sociedade chinesa, afetando tanto as condições materiais de existência, bem como no plano da subjetividade, das relações pessoais, interpessoais e culturais. Esse é um aspecto positivo do livro. Mas falta ao trabalho uma análise das grandes mobilizações, das greves, da luta dos trabalhadores que buscam organizar-se nos sindicatos de forma autônoma em relação ao regime de partido único e a burocracia que controla o aparato de Estado. Dos jovens que lutam por liberdade, por melhores condições de vida e trabalho. Da onda de suicídios de jovens que tem aumentado nos últimos anos. Diante desses fatos, a autora simplesmente silencia! Também não há uma crítica profunda às instituições burocráticas e nem ao regime de partido único, limitando-se a afirmar que a corrupção está em todos os poros da sociedade chinesa. A corrupção está em toda parte: nas instituições, nas fábricas, nas grandes corporações etc.

Para a professora associada da **Hong Kong University of Science and Technology** e vice-diretora do **Social Service Research Center** de **Pequim**, Pun Ngai, em sua tese de doutorado publicada sob o título *Made in China. Women Factory Workers in a Global Workplace* em 2005 pela Duke University Press, que tem estudado profundamente as condições de trabalho dos migrantes, sobretudo das mulheres, tem apontado uma nova perspectiva para as lutas sociais em todo país:

Se não houver uma mudança na política estatal, eu prevejo mais greves. Por causa da crise social, todos os conflitos entre capital e trabalho se tornam cada vez mais profundos. E não se vê ninguém que seja capaz de intervir nesse processo. O Estado aprovou algumas leis buscando regular, mas as empresas simplesmente não as colocam em prática. Assim, a crise irá se aprofundar, e isso resultará em mais greves (Entrevista ao Instituto Humanitas, 15-07-2011).

Como se vê, a socióloga Pun Ngai prevê o desenlace de um amplo movimento grevista na China. Pun Ngai faz um pequeno balanço da relação entre capital e trabalho na última década:

As greves na **China** começaram em 2003-2004 e agora também há muitas greves, mas são pouco conhecidas. Ninguém se interessa por elas, a menos que, como aconteceu na **Foxconn**, as pessoas comecem a se suicidar. Nesse caso, abriu-se um espaço no qual começamos a

discutir a questão das greves. A da **Honda** ocorreu em maio de 2010, quando na Foxconn já haviam se suicidado 10 trabalhadores, e, portanto, essa havia se tornado uma questão importante. Esse é um encorajamento para os trabalhadores que querem fazer greve, mesmo que a legislação sobre o direito à greve seja ambígua. Se toda a sociedade, a mídia, os intelectuais, os estudantes se solidarizam com os trabalhadores em greve, então, a longo prazo, esse é um fenômeno positivo (Idem, *Ibidem*).

O livro de Leslie Chang, pela gama de informações apresentadas, merece ser lido e analisado do ponto de vista crítico, mas sem perder a importância e o mérito. Deve ser aconselhado para estudantes, professores, sociólogos, historiadores, educadores e áreas afins.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, M. & FAVRE, L. *A Comuna de Pequim – A revolta dos estudantes contra os mandarins vermelhos*. São Paulo: Ed. Busca Vida, 1989.

ANTUNES, R.. *A revolução de 1917 e a tese do socialismo em um só país*. In: COGGIOLA, O. (org.) *A revolução de outubro sob o olhar da história*. São Paulo: Scritta, 1997.

DRUMMOND, C. *Viagem à Grande China*. São Paulo: Scritta, 1994.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *O marxismo, hoje. Entrevista*. São Paulo: Crítica Marxista, n. 2, Brasiliense, 1999.

NGAI, Pun. *Made in China: uma questão de classe* - IHU - Instituto Humanitas www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com...i. A entrevista é de Davide Bubbico e Devi Sacchetto, publicada no jornal Il Manifesto, 15-07-2011. A tradução é de Moisés Sbardelotto.

José de Lima Soares

José de Lima Soares é doutor em Sociologia pela UnB, professor do Departamento de História e Ciências Sociais da UFG/CAC. É autor dos seguintes livros: *Ensaio de Sociologia do Trabalho* (Editora Ciência Moderna, 2011); *O PT e a CUT nos anos 90: Encontros e Desencontros de Duas Trajetórias* (Fortium, 2005) e de *Sindicalismo no ABC Paulista: Reestruturação Produtiva e Parceria* (Universa, 2006). É membro do Comitê Editorial da revista Antítese. Professor do Departamento de História e Ciências Sociais da UFG/CAC.